

AMANDA RASMUSSEN ZIMOVSKI

**INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO: UM ESTUDO DE CASO PARA A
MESORREGIÃO METROPOLITANA GEOGRÁFICA DE CURITIBA**

**Monografia apresentada como requisito para
conclusão do Curso de Graduação em Ciências
Econômicas, Setor de Ciências Sociais
Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.**

Orientador: Prof. Dr. Paulo Mello Garcias

**CURITIBA
2007**

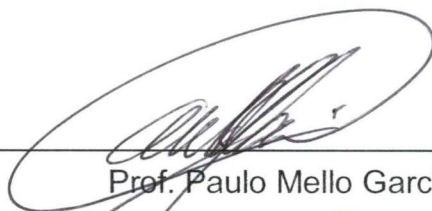
TERMO DE APROVAÇÃO

AMANDA RASMUSSEN ZIMOVSKI

INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO: UM ESTUDO DE CASO PARA A MESORREGIÃO METROPOLITANA GEOGRÁFICA DE CURITIBA

Monografia aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

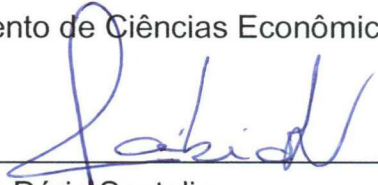
Orientador:



Prof. Paulo Mello Garcias

Departamento de Ciências Econômicas, UFPR.

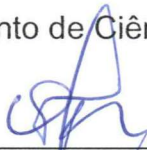
Examinador:



Prof. Fábio Dória Scatolin

Departamento de Ciências Econômicas, UFPR.

Examinador:



Prof. Othon Juruá Rolim de Souza Reis

Departamento de Ciências Econômicas, UFPR.

Curitiba, novembro de 2007.

Dedico esta monografia às pessoas mais importantes da minha vida e que nunca mediram esforços para me fazer feliz: meus pais.

Agradeço àqueles que me incentivaram em meio a tantos obstáculos no decorrer do curso: colegas, professores e familiares. Meu muito obrigada especial a meu orientador, que me auxiliou com muita paciência, transmitindo-me seu conhecimento e experiência na área de pesquisa desta monografia.

*Erros são, no final das contas,
fundamentos da verdade. Se um homem
não sabe o que uma coisa é, já é um
avanço do conhecimento saber o que ela
não é.*

Carl Jung

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	vii
LISTA DE SIGLAS	ix
LISTA DE SÍMBOLOS.....	x
RESUMO	xi
1 INTRODUÇÃO	1
2 EMBASAMENTO TEÓRICO	4
2.1 DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE	4
2.1.1 A perspectiva de liberdade segundo Amartya Sen	6
2.2 TEORIA DO DESENVOLVIMENTO SEGUNDO CELSO FURTADO	9
2.3 SCHUMPETER	10
2.4 INDICADORES SOCIAIS	11
2.4.1 O Sistema de Indicadores Sociais	13
2.4.2 Propriedades dos indicadores.....	4
2.5 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – MUNICIPAL	15
2.6 LIMITAÇÕES DOS INDICADORES	17
3 METODOLOGIA	19
3.1 DADOS CROSS-SECTION.....	21
3.2 METODOLOGIA DE CÁLCULO DO IDH SEGUNDO O ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL E A ADAPTAÇÃO AO IDH- MUNICIPAL.....	22
3.2.1 Cálculo da Longevidade.....	23
3.2.2 Cálculo da Educação	3
3.2.3 Cálculo da Renda.....	23
3.2.4 Índice de Desenvolvimento Humano.....	24
3.2.5 O IDH adaptado ao nível municipal.....	24
3.2.5.1 Renda Familiar <i>Per Capita</i>	5
3.2.5.2 Taxa Bruta de Frequência Combinada.....	25
3.3 MÉTODO DE ESTUDO DE CASO	26
4 MESORREGIÃO GEOGRÁFICA METROPOLITANA DE CURITIBA	8
4.1 FLUXOS MIGRATÓRIOS	29
4.2 POPULAÇÃO E URBANIZAÇÃO	30
4.3 POBREZA	33
4.4 ESTRUTURA PRODUTIVA	35
4.4.1 Agropecuária.....	35
4.4.2 Indústria	38
4.4.3 Comércio e Serviços	40
5 ANÁLISE DE DADOS	42
5.1 MUNICÍPIOS CRIADOS PÓS 1991	42
5.2 PREDOMINÂNCIA NOS MUNICÍPIOS	42
5.3 IDH COMO BASE	47
5.4 IDH-EDUCAÇÃO, LONGEVIDADE E RENDA	57
6 CONCLUSÃO	61
REFERÊNCIAS	63
APÊNDICE 1 – TAXA DE VARIAÇÃO DOS INDICADORES ENTRE 1991 E 2000 MUNICÍPIOS.....	65

APÊNDICE 2 – TAXA DE PARTICIPAÇÃO DOS SUBÍNDICES EDUCAÇÃO, LONGEVIDADE E RENDA PARA O IDH – MUNICIPAL – 1991	66
APÊNDICE 3 - TAXA DE PARTICIPAÇÃO DOS SUBÍNDICES EDUCAÇÃO, LONGEVIDADE E RENDA PARA O IDH – MUNICIPAL – 2000	67
APÊNDICE 4 - IDH, PIB A PREÇOS DE MERCADO E PIB PER CAPITA DOS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA -1991.....	68
APÊNDICE 5 - IDH, PIB A PREÇOS DE MERCADO E PIB PER CAPITA DOS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA -1991.....	69
ANEXO 1 - DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DA MESORREGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA.....	70
ANEXO 2 – PARTICIPAÇÃO E POSIÇÃO DAS MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS E MUNICÍPIOS NO PIB TOTAL DO ESTADO, SEGUNDO ATIVIDADE ECONOMICA – 1991	1

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

TABELA 1	–	PARTICIPAÇÃO DA MESORREGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA NO VALOR ADICIONADO (SETORIAL E TOTAL) DO ESTADO DO PARANÁ – 1997/2003.....	21
TABELA 2	–	COMPOSIÇÃO DO VALOR ADICIONADO DA MESORREGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA E DO ESTADO DO PARANÁ, SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE – 1997/2003.....	21
FIGURA 1	–	DIAGRAMA DE CONSTRUÇÃO DO IDH SEGUNDO O PNUD.....	26
FIGURA 2	–	ESTADO DO PARANÁ SUBDIVIDIDO EM MICRORREGIÕES.....	29
TABELA 3	–	POPULAÇÃO DO PARANÁ E MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – 2000.....	32
FIGURA 3	–	TAXAS MIGRATÓRIAS NAS MESORREGIÕES PARANAENSES – 1990 – 2000.....	33
TABELA 4	–	INDICADORES DE POBREZA E ACESSO A SERVIÇOS DE ÁGUA ENCANADA DOS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – 2000.....	34
FIGURA 4	–	PRINCIPAIS PRODUTOS EXPLORADOS NA MESORREGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA E PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO PARANAENSE – 2001.....	37
TABELA 5	–	PARTICIPAÇÃO DOS SETORES NO VALOR TOTAL DA PRODUÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 1991.....	43
TABELA 6	–	PARTICIPAÇÃO DOS SETORES NO VALOR TOTAL DA PRODUÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – 2000.....	45

TABELA 7	–	IDH, PIB A PREÇOS DE MERCADO, PIB <i>PER CAPITA</i> E ÍNDICE DE GINI EM FORMA DE ÍNDICE – 1991.....	48
GRÁFICO 1	–	ÍNDICES DAS VARIÁVEIS IDH – MUNICIPAL, PIB A PREÇOS DE MERCADO, PIB <i>PER CAPITA</i> E ÍNDICE DE GINI – 1991.....	51
TABELA 8	–	IDH, PIB A PREÇOS DE MERCADO, PIB <i>PER CAPITA</i> E ÍNDICE DE GINI EM FORMA DE ÍNDICE – 2000.....	53
GRÁFICO 2	–	ÍNDICES DAS VARIÁVEIS IDH – MUNICIPAL, PIB A PREÇOS DE MERCADO, PIB <i>PER CAPITA</i> E ÍNDICE DE GINI – 2000.....	56
TABELA 9	–	IDH – EDUCAÇÃO, LONGEVIDADE E RENDA DOS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – 1991.....	57
TABELA 10	–	IDH – EDUCAÇÃO, LONGEVIDADE E RENDA DOS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – 2000.....	58

LISTA DE SIGLAS

PIB	-	Produto Interno Bruto
IDH	-	Índice de Desenvolvimento Humano
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PNUD	-	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RDH	-	Relatório de Desenvolvimento Humano
IPEA	-	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPARDES	-	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
SEFA	-	Secretaria de Estado da Fazenda
PPC	-	Paridade Poder de Compra
VBP	-	Valor Bruto da Produção
VAF	-	Valor Adicionado Fiscal

LISTA DE SÍMBOLOS

%	-	Por cento
@	-	Arroba
R\$	-	Reais
Cr\$	-	Cruzeiros

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma análise da Mesorregião Metropolitana de Curitiba a partir da relação entre as variáveis de desenvolvimento Índice de Desenvolvimento Humano, Produto Interno Bruto *per capita*, Produto Interno Bruto e Índice de Gini para os anos de 1991 e 2000 e parte de algumas teorias de desenvolvimento para fundamentar adequadamente a pesquisa, a citar: Amartya Sen, Celso Furtado e Schumpeter, além de bibliografias sobre teorias relacionadas a indicadores sociais. As principais Instituições onde foram coletados os dados são o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Os principais resultados encontrados são relacionados à não eficácia do PIB *per capita* para a mensuração da qualidade de vida da população que reside em determinada região. As conclusões foram tiradas a partir de confrontação de dados utilizando-se gráficos para comparar as diferentes linhas de tendência entre as variáveis.

Palavras-chave: IDH-Municipal, PIB, PIB *per capita*, Índice de Gini, indicadores, desenvolvimento.

1 INTRODUÇÃO

A principal finalidade da presente pesquisa é a explanação de indicadores de desenvolvimento e suas relações com o auxílio de alguns municípios paranaenses, realizando-se, dessa forma, um estudo de caso.

O trabalho consiste na apresentação de um estudo referente à eficácia do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* quando se trata da mensuração da qualidade de vida das pessoas que vivem em determinada região. Para isso, foi utilizado o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), PIB a preços de mercado e Índice de Gini, variáveis conhecidas por mensurar o desenvolvimento de regiões, a fim de analisar as possíveis relações existentes entre as ferramentas de mensuração.

Na pesquisa serão apresentadas as definições de indicadores sociais e as metodologias aplicadas ao cálculo do IDH-Municipal. Os indicadores escolhidos serão utilizados tomando como base a Mesorregião Metropolitana de Curitiba e seus 37 municípios, com a finalidade de se obter análises coerentes da situação real do desenvolvimento de cada município e comparações do comportamento dos indicadores nessas regiões.

Além da investigação de dados dos municípios escolhidos, serão expostas no trabalho diversas abordagens sobre o termo desenvolvimento na visão de vários autores, com o objetivo de expandir e fundamentar a análise.

O enfoque da determinação do problema está na utilização do parâmetro PIB *per capita* na avaliação do nível de vida geral da população de determinada região, juntamente com o levantamento das prováveis hipóteses que possam responder ao referido problema. A questão é perguntar se realmente é consistente afirmar que quanto maior o PIB *per capita* da região, melhor a qualidade de vida das pessoas que a habitam e em quais condições essa ferramenta pode vir a ser um indicador favorável para as regiões tratadas na monografia, se comparado a outros indicadores sócio-econômicos relevantes.

Para responder a esse questionamento, serão feitas comparações entre os indicadores, na tentativa de se chegar a conclusões pertinentes à realidade econômica dos municípios estudados.

A hipótese de maior relevância na resposta ao problema de pesquisa é a de que o indicador PIB *per capita* não pode ser utilizado para medir de forma real a situação de desenvolvimento de um município ou região qualquer.

A hipótese se fundamenta na questão de que na maioria das vezes esta ferramenta não pode ser levada em consideração quando se trata do desenvolvimento social de determinada região, não sendo um indicador completo, pois contém limitações no momento em que se analisa a distribuição da renda que é gerada na economia da região pesquisada.

A metodologia usada para o desenvolvimento do projeto será um estudo de caso envolvendo a Mesorregião Metropolitana de Curitiba, através de uma análise do tipo cross-section (dados de corte).

O assunto proposto neste trabalho possui relevância no sentido de expor diretrizes no momento de se escolher a melhor e mais eficaz alternativa de indicadores para medir a qualidade de vida das pessoas de determinada região. Neste sentido, a decisão quanto aos indicadores que possuem um poder maior de explicação da realidade vivida naquela região (país, estado, município) pode influenciar nos direcionamentos das políticas públicas a serem adotadas pelos governos locais.

Academicamente falando, o foco deste trabalho possui importância na parte de novos estudos a respeito do desenvolvimento de municípios brasileiros. Pesquisas nesta direção podem contribuir no sentido de identificar indicadores que expressem melhor uma determinada realidade, que permitam sugerir possíveis soluções aos pontos fracos dos municípios menos desenvolvidos. Além disso, abre a possibilidade de alianças entre universidades e institutos de pesquisa para realizarem projetos ainda mais abrangentes a respeito do desenvolvimento de regiões.

O objetivo Geral da presente pesquisa consiste na avaliação do parâmetro PIB *per capita* como instrumento para medir o nível de vida e desenvolvimento social de uma região específica, levando em consideração as características de alguns municípios paranaenses, no período de 1991 e 2000, realizando comparações entre os diferentes dados e as ferramentas de medida.

Os objetivos específicos se resumem em:

- Expor a evolução ao longo do tempo dos dados de PIB *per capita* coletados da base do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para os municípios paranaenses escolhidos.
- Comprovar a evolução de outros indicadores sócio-econômicos desses mesmos municípios, com base em dados advindos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES).
- Realizar a confrontação dos dados coletados, apresentando a análise da relação causal entre as variáveis pesquisadas, buscando comprovar a eficácia ou não do indicador PIB *per capita* na questão da qualidade de vida para os municípios estudados.

2 EMBASAMENTO TEÓRICO

Partindo de algumas teorias já desenvolvidas, este capítulo trata da abordagem de cunho mais social a que o conceito de desenvolvimento tem sido analisado. Esse fato ocorre devido à própria diferenciação entre crescimento e desenvolvimento de determinada região.

Primeiramente, o capítulo aborda esses conceitos, através das explanações de Amartya Sen, Celso Furtado e Schumpeter, ampliando o horizonte de investigação para os diferentes parâmetros envolvendo desenvolvimento econômico.

Por fim, a seção trata das definições de indicadores sociais e breves metodologias de cálculo do indicador de desenvolvimento IDH – Municipal, além de abordar as limitações dos indicadores.

2.1 DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE

Segundo as idéias de SEN (2000), o desenvolvimento de determinada região possui um conceito bem mais amplo, diferentemente do restrito conceito de crescimento do produto gerado, aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social. O autor procura dar um enfoque mais social à definição de desenvolvimento, voltado ao aumento da liberdade desfrutada pelas pessoas, considerando essa liberdade o caminho para se alcançar o desenvolvimento, e não o contrário. Para ele, “As liberdades não são apenas os fins primordiais do desenvolvimento, mas também os meios principais” (SEN, 2000, p. 25).

Para Sen, a privação da liberdade é a principal causa da falta de desenvolvimento de um território, associando liberdade à qualidade de vida. A ausência de oportunidades de assistência médica, educacional, de alimentação, segurança, moradia, saneamento básico, participação da vida social, política e econômica de determinada comunidade, são exemplos de privação de liberdade (SEN, 2000, p.34).

O desenvolvimento desencadeia a liberdade, ou seja, liberdade dos indivíduos no sentido de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória,

oportunidade de vestir-se ou morar de forma apropriada, assim como ter acesso à água tratada.

As violações de liberdades podem estar associadas tanto à pobreza, quanto à carência de serviços públicos e assistência social. Isto provém de negação por regimes autoritários e de restrições à participação da vida social, política e econômica da comunidade (SEN, 2000).

As oportunidades oferecidas às pessoas é que disponibilizam a capacidade dessas mesmas pessoas de realizar algo extremamente positivo. Ou seja, as oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais, condições de qualidade de vida como boa saúde, educação básica e incentivo às iniciativas fazem com que as pessoas possam abrir seus horizontes e realizar muitas coisas em benefício do desenvolvimento da nação (SEN, 2000).

O papel dos valores sociais e costumes prevaletentes podem influenciar as liberdades que as pessoas desfrutam e o que elas estão certas que irão realizar. Os valores concedidos e os costumes sociais respondem pela presença ou ausência de corrupção e pelo papel de confiança nas relações econômicas, sociais ou políticas. A liberdade é gerenciada por valores advindos de discussões públicas e interações sociais. Essas mesmas discussões públicas e interações sociais são influenciadas pela própria liberdade de participação (SEN, 2000).

De acordo com Amartya Sen, há cinco tipos de liberdade que podem ser investigados: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. Estes distintos tipos de liberdade são inter-relacionados e ajudam no desenvolvimento e capacidade de uma pessoa. Na visão do desenvolvimento como liberdade de Sen, as liberdades unem-se umas às outras, contribuindo com o aumento das liberdades individuais das pessoas.

As liberdades políticas ajudam na segurança econômica, oportunidades sociais facilitam a participação e liberdade econômica (no sentido de ter, possuir renda), facilidades econômicas fazem com que as pessoas possam gerar sua abundância individual.

2.1.1 A perspectiva de liberdade segundo Amartya Sen

A razão pela qual os indivíduos anseiam por riqueza está diretamente ligada com as liberdades que a riqueza proporciona, ou seja, a riqueza é um meio de se conseguir uma qualidade de vida melhor. A utilidade da riqueza está nas coisas que ela permite aos indivíduos fazer. Em outras palavras, as liberdades substantivas que ela nos ajuda a obter.

A definição de desenvolvimento não está só ligada à acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto e outras variáveis relacionadas à renda, mas sim à melhoria de vida que levamos e liberdades que desfrutamos. A expansão das liberdades permite aos indivíduos se tornarem seres sociais mais completos, que podem interagir com o mundo e com os demais indivíduos, influenciando no sistema como um todo.

As privações de liberdade acontecem quando há oportunidades inadequadas para os indivíduos realizarem o que desejam, ou o mínimo que gostariam de realizar. Para que ocorra a expansão das capacidades dos indivíduos de levar o tipo de vida que eles querem, a implementação de políticas públicas pode ser eficaz, mas por outro lado, a direção da política pública pode ser influenciada pelo uso das capacidades participativas das pessoas, havendo dessa forma, uma relação de mão dupla.

A abordagem de liberdade é mais abrangente do que a questão de se possuir renda ou não, ganhando um caráter de “satisfação mental”. Se a atenção do estudo for desviada de uma concentração exclusiva sobre a pobreza de renda para a idéia mais inclusiva da privação de capacidade, pode-se compreender melhor a pobreza das vidas e liberdades humanas com uma base de informação distinta.

Quanto ao enfoque da pobreza e desigualdade, não se pode considerar a pobreza simplesmente como escassez de renda, mas sim como a privação de capacidades e necessidades básicas dos indivíduos (o que não pode ser explicitado inteiramente em dados estatísticos, pois privações individuais tornam-se difíceis de serem quantificadas). Um exemplo comum dessas privações está no desemprego, fato este que contribui diretamente para a exclusão social e perda de autonomia e autoconfiança, além da degradação da saúde física e psicológica.

A liberdade também pode estar relacionada à perspectiva da qualidade de vida dos indivíduos, ou seja, uma vertente que caracteriza o modo como as pessoas vivem e até mesmo suas escolhas pessoais (não somente seus recursos financeiros). Esta linha de estudo pode muitas vezes parecer distante das linhas econômicas, mas essas abordagens mais vastas estão diretamente ligadas às partes de análise que formam a economia profissional desde o princípio. Partindo dessa corrente, a origem da economia foi claramente influenciada pelos estudos à respeito das oportunidades e as determinantes causais dessas oportunidades que as pessoas possuem para conseguirem ter uma vida dentro dos padrões favoráveis.

Em consideração ao papel do mecanismo de mercado, a liberdade está relacionada à questão de acesso ou não a transações financeiras. A partir do momento em que, por meio de controles arbitrários, não há oportunidades de transação de determinada pessoa, isso pode ser caracterizado como uma privação de liberdade, independentemente da eficácia das operações de mercado, pois a pessoa é impedida de fazer algo que se pode considerar ser do seu direito fazer.

Políticas que restringem oportunidades de mercado podem ter o efeito de limitar o avanço de liberdades substantivas que teriam sido geradas pelo sistema de mercado, principalmente por meio da prosperidade econômica geral. Em outras palavras, quando há o veto advindo de uma autoridade, em relação à participação nas transações de algum indivíduo, há a perda de liberdades desse indivíduo, uma perda social.

Para a análise da liberdade juntamente com a utilidade dos indivíduos, utiliza-se um exemplo: um mecanismo competitivo de mercado pode levar a um tipo de eficiência que um sistema centralizado (ditatorial) jamais consegue atingir. Isso ocorre devido à existência de economia de informação no sistema concorrencial e da presença de compatibilidade de incentivos, fazendo com que os ganhos abrangentes sejam plenos para as pessoas. Nesse caso, mesmo que os resultados finais sejam positivos e satisfatórios para ambos os regimes (concorrencial e ditatorial), há sempre um ganho de utilidade para as pessoas que advêm do regime concorrencial, pois nele há maior liberdade dos indivíduos em decidir onde trabalhar, o que produzir, o que consumir, etc.

A partir dessa análise, Sen diferencia “resultados de culminância” (resultados finais, sem se levar em conta o processo de obtenção dos resultados) e “resultados

abrangentes” (considera-se o processo de obtenção). Na verdade, o mérito do sistema de mercado não está em produzir resultados finais mais eficientes, mas sim no conjunto como um todo, incluindo aí o exercício da liberdade.

Muitas economias modificaram seu modo de produção por notarem que o desenvolvimento seria mais facilmente alcançado através da liberdade dos agentes integrantes e atuantes desse desenvolvimento. Essa mudança ocorreu na substituição do trabalho forçado por um sistema de contratação de mão-de-obra livre e movimentação física ilimitada dos trabalhadores.

Um dos argumentos mais favoráveis com relação à liberdade política está na oportunidade que ela dá aos cidadãos de debater sobre valores na escolha das prioridades e de participar da seleção desses valores. A liberdade individual vem do social, existindo uma inter-relação entre: disposições sociais que têm por objetivo expandir as liberdades individuais; as liberdades individuais serem empregadas não só para a melhoria da vida de cada um, mas também para o bem-estar coletivo e tornar as disposições sociais mais eficazes.

Uma questão polêmica a ser discutida relacionada a desenvolvimento seria a fonte de autoridade e legitimidade. Existe um problema valorativo na questão do que se deve escolher, podendo ocorrer a não possibilidade de manter tradições vigentes concomitantemente às mudanças econômicas e sociais. Se um estilo de vida tradicional tem de ser sacrificado para desviar-se da pobreza, os indivíduos envolvidos devem escolher. As questões de tomadas de decisões com relação a mudanças no campo das tradições devem ser abertas em conjunto, para que todos os integrantes da sociedade em questão possam ter sua participação garantida.

Enxergar o desenvolvimento como consequência de liberdades substantivas das pessoas pode ter consequências muito significativas para a própria interpretação do desenvolvimento e para as formas de se alcançar esse desenvolvimento. Com a diversidade de tipos de liberdade, existentes além de ser um conceito que não é tão simples de quantificar (os desejos dos indivíduos variam), sempre haverá argumentos em direções opostas sobre o assunto. Os debates sobre essas questões e as diferentes opiniões é que poderão conduzir ao desenvolvimento esperado, sempre aliado a discussões políticas e à democracia envolvendo os indivíduos interessados.

2.2 TEORIA DO DESENVOLVIMENTO SEGUNDO CELSO FURTADO

Celso Furtado inicia sua análise afirmando que, segundo a visão dos economistas clássicos, o desenvolvimento de cada economia possui uma dimensão histórica específica, não sendo o processo de desenvolvimento extremamente semelhante de região para região.

Para ele:

Cada economia que se desenvolve enfrenta uma série de problemas que lhe são específicos, se bem que muitos deles sejam comuns a outras economias contemporâneas. O complexo de recursos naturais, as correntes migratórias, a ordem institucional, o grau relativo de desenvolvimento das economias contemporâneas singularizam cada fenômeno histórico de desenvolvimento. (FURTADO, 1977, p. 5 - 6)

O autor argumenta ainda que o principal equívoco de muitos é o de considerar a produtividade do trabalho o mesmo que desenvolvimento. Para ele, a elevação da produtividade do trabalho nas empresas em conjunto pode significar muito mais lucros direcionados aos empresários do que o aumento de renda real *per capita* propriamente dita, não menosprezando a influência que a produtividade possa ter na questão do desenvolvimento.

Celso Furtado desenvolve, baseado em Adam Smith, a distinção entre crescimento e desenvolvimento. Inicia sua exposição conceituando fluxo de pagamentos, que seria a remuneração dos fatores utilizados na produção de bens e serviços de determinada economia. Esse fluxo de renda seria o ponto inicial e primordial para a idéia de desenvolvimento na visão dos clássicos, pois indicaria um crescimento nas implantações de novos modos de produção e um “aumento da dotação de capital por pessoa ocupada.” (FURTADO, 1977, p. 90)

A questão do desenvolvimento supera o crescimento, ou seja, possui um conceito mais complexo e mais qualitativo. O processo de desenvolvimento possui relação com o conjunto das necessidades e preferências dos agentes econômicos e não apenas com o progresso tecnológico adicionado à produção.

Já o crescimento pode ser mensurado como um aumento real na produção da economia, não incluindo nessa definição a modificação do grupo de variáveis relacionadas à produção. Em outras palavras, o processo de crescimento

econômico não afeta a função de produção e suas diferentes combinações de insumos.

2.3 SCHUMPETER

A teoria do desenvolvimento econômico segundo Joseph A. Schumpeter está focada nas relações entre a inovação e os empresários, sendo que a evolução da produção é caracterizada por um conjunto de meios e forças produtivas, sendo algumas materiais e outras imateriais, que darão origem aos produtos finais. (SCHUMPETER, 1949 – citado por ADELMAN, 1972, p. 92)

Para Schumpeter, a taxa de crescimento poderia ser determinada por três fatores primordiais, que não seriam distribuídos igualmente, mas cada um de acordo com seu grau de importância: a taxa de mudança dos fatores produtivos, a taxa de mudança tecnológica e a taxa de modificação do meio-ambiente sócio-cultural. Schumpeter ainda constatou que os impactos gerados pela ampliação da capacidade produtiva não são tão grandes quanto os efeitos causados por um crescimento da atividade tecnológica. Ele ainda afirma que as modificações decorrentes do aumento nos insumos de produção podem ter impactos no crescimento econômico, mas esses crescimentos são ínfimos.

Schumpeter, ao tentar explicar o que seria o desenvolvimento econômico, simulou uma economia capitalista fora dos padrões reais, tendo por característica principal o que denominou de “fluxo circular”. A economia no fluxo circular é um ambiente, segundo Schumpeter (1911), citado por COSTA (2006), p. 3 - 4:

...em que cada bem produzido encontra o seu mercado, período após período. Isso, contudo, não significa concluir que inexista crescimento econômico. Admitem-se incrementos na produtividade, decorrentes de aperfeiçoamentos no processo de trabalho e de mudanças tecnológicas contínuas na função de produção. Entretanto, essa base tecnológica já é conhecida, incorporada que foi com o tempo na matriz produtiva da economia. Os agentes econômicos apegam-se ao estabelecido, e as adaptações às mudanças ocorrem em ambiente familiar e de trajetória previsível. Nessas circunstâncias, de acordo com Schumpeter, mudanças econômicas substanciais não podem ter origem no fluxo circular, pois a reprodução do sistema está vinculada aos negócios realizados em períodos anteriores.

O que Schumpeter constatou foi que a implantação de novas tecnologias tinha um efeito de rompimento no ponto de equilíbrio da economia, fazendo com

que houvesse uma alteração definitiva nesse ponto. Em outras palavras, o desenvolvimento propriamente dito seria derivado da ocorrência de novas técnicas de produção, que resultariam num novo ponto de equilíbrio, distinto do inicial, e que não poderá mais ser mudado.

Segundo Schumpeter (1911), os recursos já existentes na economia e alocados em provimento de certas atividades, poderão ser distribuídos de forma mais eficaz em novas atividades, sendo que essa mudança de emprego dos recursos acarreta o desenvolvimento econômico, e não somente o crescimento econômico. Nesses moldes, Schumpeter escreveu:

Até onde a “nova combinação” pode em tempo sair da velha por um ajuste contínuo em pequenos passos, há certamente mudança, possivelmente crescimento, mas nem um novo fenômeno nem desenvolvimento, no que entendemos por isso. Até onde este não é o caso, e as novas combinações aparecem descontinuamente, então surge o fenômeno que caracteriza o desenvolvimento. ... Desenvolvimento, de acordo com nosso ponto de vista, é definido, então, pela execução de novas combinações. (ADELMAN, 1972, p. 98, segundo SCHUMPETER, 1949, p.15)

Ele ainda trata da questão da inovação, definindo-a como a criação de produtos ou serviços utilizando-se modos de produção totalmente diferentes dos já utilizados, diferentemente do aperfeiçoamento de produtos e serviços pelas empresas. Para Schumpeter, quem é responsável pela idéia inicial da inovação é a figura fundamental do empresário. Este tem por atribuição expandir os meios de se conseguir o desenvolvimento tecnológico a partir de sua capacidade inovadora e ainda é responsável pelas mudanças na atividade econômica. A partir do momento em que o empresário divulga suas combinações de fatores para uma futura inovação, ele está se tornando um capitalista.

2.4 INDICADORES SOCIAIS

Os indicadores de desenvolvimento são medidas quantitativas que, utilizados para fins de substituição, quantificação ou explicação de um fato social. Podem ser levados tanto para o campo acadêmico (pesquisas e discussões sobre a capacidade de explicação da realidade social) quanto para o campo programático (formulação de políticas sociais). Podem ser considerados os elos entre os modelos

explicativos da teoria social e a evidência empírica dos fenômenos sociais observados.

No entanto, para CARLEY (1985, p. 25), "... os indicadores sociais não seriam simplesmente descrições da realidade isentas de juízos de valor, mas medidores de acréscimos ou decréscimos de efeitos sociais importantes ou não."

As definições de Indicadores Sociais estão ganhando cada vez mais extensão, graças às tentativas de se conceituar em termos técnicos e demonstrar transformações sociais e impactos das políticas sociais nas sociedades desenvolvidas e subdesenvolvidas. O início dessas experimentações e estudos se deu em meados dos anos 60. No referido período, houve a conscientização da necessidade de se encontrar soluções nas condições de crescimento econômico dos países do Terceiro Mundo. Entretanto, no que se refere às condições de vida, desigualdades sociais, pobreza, esse crescimento não era acompanhado. O crescimento não poderia ser unicamente responsável pela melhoria de desenvolvimento de regiões, ou seja, seriam necessários novos mecanismos que pudessem mensurar de forma mais efetiva e real as transformações envolvendo qualidade de vida ou bem-estar de determinada população.

Para JANNUZZI (2001, p. 15):

...os indicadores sociais se prestam a subsidiar as atividades de planejamento público e formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitam o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população por parte do poder público e sociedade civil e permitem aprofundamento da instigação acadêmica sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais.

Essas medidas são utilizadas pelos planejadores de políticas e pesquisadores "como instrumentos que permitem a avaliação de uma situação e sua possível evolução. Devem ser usados com visão racionalista, pois estão sujeitos a uma série de leis e variáveis que poderão sofrer diversas interferências". GARCIAS (1991, p. 54)

Há uma grande diferença no que se refere aos indicadores sociais propriamente ditos e as estatísticas publicadas pelos Institutos de Pesquisa, como por exemplo os Censos Demográficos, que são pesquisas amostrais. As estatísticas são meros dados publicados por instituições, que serão utilizados na futura análise empírica de situações e fatos. Esses dados poderão ser transformados em

indicadores significativos posteriormente à sua publicação. Já os indicadores são inseridos numa Teoria Social e contextualizados de forma a “indicar” (como o próprio nome já diz) tanto a condição de determinados acontecimentos sociais, como as diretrizes a serem tomadas como solução dos problemas expostos. Podem ser relacionados tanto ao total da população, como a grupos sócio-demográficos específicos.

2.4.1 O Sistema de Indicadores Sociais

A união organizada de diversos indicadores de determinada região ou relacionados a determinado fenômeno social que se quer explicar é chamado de Sistema de Indicadores Sociais. Exemplos de Sistemas de Indicadores Sociais são o Sistema de Indicadores de Saúde, Sistema de Indicadores para Mercado de Trabalho e o Sistema de Indicadores Sociais e Demográficos da Divisão de Estatística das Nações Unidas.

Segundo sugestão de ZAPF (1975), citado em CARLEY (1985, p. 52 e 53), os sistemas de indicadores podem ser divididos basicamente em quatro áreas problemáticas, que devem ser abordadas em todas as situações: “a definição de alguma idéia de bem-estar, a determinação da estrutura do sistema em bases teóricas ou práticas, a seleção e operacionalização dos indicadores e o processo real de mensuração”.

O projeto de um Sistema de Indicadores Sociais requer algumas providências metodológicas:

- 1ª etapa: Determinação do conceito abstrato relacionado ao tema principal do sistema, tendo como base a teoria ou o interesse programático referido;
- 2ª etapa: Explanação da grandeza e determinantes do referido tema, transformando efetivamente esse tema num objeto de estudo claro e passível de ser agrupado ao grupo de indicadores em termos quantitativos;
- 3ª etapa: Sendo as dimensões já decididas, passa-se a etapa onde serão realizadas as pesquisas, obtenção de dados estatísticos confiáveis provenientes de Censos Demográficos, pesquisas amostrais, cadastros públicos, etc;

- 4ª etapa: Através da combinação e tabulação dos dados coletados na etapa anterior, há a composição de um Sistema de Indicadores Sociais, que traduz em termos tangíveis o conceito abstrato inicialmente citado.

2.4.2 Propriedades dos indicadores

Os indicadores sociais devem necessariamente possuir algumas propriedades as quais são de fundamental importância no momento de utilizá-lo para uma análise econômica de um fato social ou de se aplicar uma política pública. Podem ser apontadas como principais propriedades: relevância social, validade, confiabilidade, cobertura, sensibilidade, especificidade, inteligência na sua construção, comunicabilidade, factilidade para obtenção, periodicidade na atualização, desagregabilidade e historicidade (JANNUZZI, 2001).

A relevância social está diretamente relacionada com o parâmetro de importância do indicador junto às questões sociais, ou seja, de sua capacidade de ser específico e eficaz na solução de determinado problema ligado a cada região escolhida para a análise, o que justifica sua elaboração. A validade do indicador corresponde ao que ele representa em termos de proximidade entre o conceito e a medida, isto é, “sua capacidade de refletir, de fato, o conceito abstrato a que o indicador se propõe a ‘substituir’ ou ‘operacionalizar’”. (JANNUZZI, 2001, p. 26)

Um indicador também precisa ser confiável aos olhos de quem os utiliza para suas análises e pesquisas, garantindo a qualidade das informações tratadas e divulgadas. Os dados que são manipulados por agências públicas possuem um grau maior de credibilidade, pois seus dados são coletados de forma organizada, por pessoas com a devida qualificação, além de seguirem um protocolo anteriormente estabelecido de como obter, registrar e conferir os dados. O que ocorre é uma preocupação com a amenização ou até mesmo eliminação de possíveis erros de variação não aleatória, evitando com que os dados se tornem tendenciosos e buscando a maior qualidade de informação. O objetivo dessas instituições é sempre manter a consistência das informações publicadas e das possíveis variações dos indicadores ao longo do tempo (JANNUZZI, 2001).

Um Indicador Social deve possuir um grau de cobertura espacial favorável, sendo importante na realidade empírica de análise, ter a capacidade de ser

amplamente distribuído por várias regiões, ou seja, em termos geográficos, sócio-demográficos e socioeconômicos. Acerca da sensibilidade, um indicador deve possuir a capacidade de demonstrar as variações significativas provenientes de variações no âmbito social e econômico (JANUZZI, 2001).

A capacidade do indicador de refletir as mudanças que ocorreram na sua área social de interesse é denominada especificidade. Exemplos de indicadores específicos são os chamados Índices ou Indicadores Sociais compostos, como o Índice de Desenvolvimento Humano, Índice de Qualidade de Vida, entre outros, e são processados baseados na combinação de vários Indicadores Sociais inferiores.

A propriedade de inteligibilidade do indicador também é de fundamental importância. Refere-se à clareza de metodologia utilizada para a construção dos Indicadores, ou seja, a transparência a qual o indicador é submetido no seu processo de elaboração. Os agentes envolvidos têm de necessariamente estar informados quanto à elaboração do indicador e entender os critérios usados, ainda que não concordem (JANUZZI, 2001).

O indicador escolhido para ser desenvolvido deve estar sendo atualizado periodicamente, além de possuir baixos custos na sua construção. Deve-se avaliar a relevância do indicador naquele período de tempo em que foi elaborado, com o objetivo de saber se ele poderá ser útil em períodos posteriores.

É importante observar a abrangência desses indicadores. Em outras palavras, há necessidade de que esses indicadores estejam abrangendo a população-alvo dos programas previstos.

A historicidade de um indicador se refere à capacidade de "...se dispor de séries históricas extensas e comparáveis do mesmo, de modo a poder cotejar o valor presente com situações do passado, inferir tendências e avaliar efeitos de eventuais políticas sociais implementadas." (JANUZZI, 2001, p. 31)

2.5 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – MUNICIPAL

Por vários anos foi estabelecida a questão de avaliação do bem estar de uma população a partir do tamanho de seu PIB *per capita*. Entretanto, o progresso humano e a evolução das condições de vida das pessoas, ou seja, o desenvolvimento propriamente dito de determinada região, não podem ser medidos

apenas por variáveis de crescimento econômico. Com intuito de resolver o problema da abrangência qualitativa do desenvolvimento (que incluem também outras dimensões das necessidades humanas), foram buscadas novas alternativas sócio-econômicas para quantificar o nível de bem-estar das pessoas.

O IDH, criado no início da década de 90 para o PNUD pelo conselheiro especial Mahbub ul Haq, é uma das contribuições para essa busca, e combina três componentes básicos do desenvolvimento humano: O IDH – longevidade, o IDH – educação e o IDH – renda. Esses três componentes foram idealizados a partir de uma variedade de indicadores que serão analisados mais adiante. A combinação dos três indicadores é sintetizada no IDH, sendo a análise dos resultados feita da seguinte forma: indicador próximo de 0, significa um baixo desenvolvimento da região, valor mediano significa médio desenvolvimento e valores próximos de 1, alto desenvolvimento.

Segundo Amartya Sen, Prêmio Nobel da Economia em 1998, no prefácio do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) de 1999:

Devo reconhecer que não via no início muito mérito no IDH em si, embora tivesse tido o privilégio de ajudar a idealizá-lo. A princípio, demonstrei bastante ceticismo ao criador do Relatório de Desenvolvimento Humano, Mahbub ul Haq, sobre a tentativa de focalizar, em um índice bruto deste tipo - apenas um número -, a realidade complexa do desenvolvimento e da privação humanos. (...) Mas, após a primeira hesitação, Mahbub convenceu-se de que a hegemonia do PIB (índice demasiadamente utilizado e valorizado que ele queria suplantará) não seria quebrada por nenhum conjunto de tabelas. As pessoas olhariam para elas com respeito, disse ele, mas quando chegasse a hora de utilizar uma medida sucinta de desenvolvimento, recorreriam ao pouco atraente PIB, pois apesar de bruto era conveniente. (...) Devo admitir que Mahbub entendeu isso muito bem. E estou muito contente por não termos conseguido desviá-lo de sua busca por uma medida crua. Mediante a utilização habilidosa do poder de atração do IDH, Mahbub conseguiu que os leitores se interessassem pela grande categoria de tabelas sistemáticas e pelas análises críticas detalhadas que fazem parte do Relatório de Desenvolvimento Humano.
(SEN, 1999, prefácio RDH 1999)

O Índice de Desenvolvimento Humano – Municipal é um exemplo de indicador de desenvolvimento com caráter específico e caracteriza um indicador social composto. Essa ferramenta foi publicada no Brasil em 1996 através de discussões entre PNUD, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pinheiro, com o objetivo de desagregar os indicadores a fim de analisar as discrepâncias que existem em regiões e mensurar o desenvolvimento das mesmas. O IDH - M de determinada região só pode ser comparado com uma

mesma unidade geográfica, evitando dessa forma, possíveis equívocos de mensuração e análise e garantindo a homogeneidade e qualidade dos dados.

2.6 LIMITAÇÕES DOS INDICADORES

Na atual conjuntura a medida do PIB *per capita* cada vez mais se torna um instrumento restrito, limitado, pois foca somente a questão do crescimento puramente econômico, dividindo-se a renda resultante desse crescimento por habitante da região analisada.

A falta de eficiência dessa ferramenta está justamente ligada à questão da concentração de renda elevada em determinadas regiões, o que torna a amostra não totalmente consistente com a realidade, não possuindo mais efetividade em sua utilização, sendo que o parâmetro já não monitora a realidade da mudança social em seus múltiplos aspectos, tampouco auxilia de forma integral na formulação de políticas sociais consistentes de cunho distributivo em diversas áreas.

Segundo CARLEY (1985, prefácio), “O fracasso, ao menos parcial, do PIB *per capita* como uma medida de distribuição do bem-estar humano, resultou na elaboração de estratégias de desenvolvimento alternativas e num crescimento do ‘movimento de indicadores sociais’”.

Ainda para CARLEY (1985, prefácio), “os avanços no desenvolvimento de teorias estão parcialmente relacionados à habilidade e sensibilidade usadas pelos teóricos na elaboração e análise de indicadores sociais do bem-estar humano. Está mais do que certo que o PIB *per capita* é insuficiente enquanto medida, e que o crescimento do movimento de indicadores sociais na década de setenta forneceu subsídios importantes para a compreensão da desigualdade e da pobreza.”

LOURENÇO (2005, p.9) aponta que “... é conveniente ter presente que nem sempre as grandezas PIB total ou *per capita* expressam a disponibilidade de potencialidades econômicas ou de qualidade de vida das populações locais, a não ser quando são fruto da combinação entre expansão da renda e da população e, por extensão, dos níveis de emprego.”

Quanto ao IDH, também há limitações em sua utilização, podendo muitas vezes comprometer a análise da situação das regiões estudadas. A maior restrição relacionada ao IDH é a dependência de dados dos Censos, realizados de 10 em 10

anos. O problema das informações dos Censos está na defasagem dos mesmos – o último realizado em 2000 - , podendo muitas vezes prejudicar ou comprometer a análise devido a ocorrência de transformações significativas nas regiões estudadas, as quais os dados do Censo não captam em sua plenitude.

3 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da pesquisa serão tomados como base trinta e sete municípios paranaenses, todos estabelecidos na Mesorregião Geográfica Metropolitana de Curitiba. Estes municípios serão alocados entre 5 microrregiões geográficas: Microrregião Geográfica de Cerro Azul, Microrregião Geográfica Lapa, Microrregião Geográfica Curitiba, Microrregião Geográfica Paranaguá e Microrregião Geográfica Rio Negro.

A escolha de um número relativamente grande de municípios para a efetivação da pesquisa se deu por conta da escassez de dados de IDH e Índice de Gini a nível municipal para os períodos de 1992 a 1999, sendo necessária a adoção de uma análise cross-section (dados de corte). Os períodos escolhidos para a mesma foram os anos de 1991 e 2000 e serão analisados separadamente, sendo que os dados de PIB para 1991 serão demonstrados em Cruzeiros correntes. Mais adiante será realizada uma análise comparativa, tendo em vista as possíveis mudanças observadas nos indicadores dos municípios.

Os indicadores que serão utilizados na pesquisa são o PIB a preços de mercado corrente (1000 R\$), PIB *per capita*, IDH - Municipal, IDH – Educação, IDH – Longevidade, IDH – Renda e Índice de Gini, coletados na base de dados do IBGE, do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, software realizado em conjunto pelo PNUD, IPEA e Fundação João Pinheiro.

Primeiramente, os indicadores foram expostos em sua forma original com o objetivo de apresentar relações entre o comportamento dos mesmos e traçar as primeiras análises. Em seguida, haverá a transformação dos indicadores PIB a preços de mercado e PIB *per capita* em índices com valores entre 0 e 1 através da metodologia de cálculo utilizada para cálculo dos subíndices do IDH (diferença entre o valor real da variável e o menor valor da amostra dividido pela diferença entre o maior e o menor valor). A utilização deste critério se justifica por ser o mais adequado a fim de se equiparar os 4 indicadores, de forma que a comparação se torne facilitada. As razões para os índices não serem calculados com o valor base relacionado ao maior valor são:

- a) Existe um elevado valor de PIB e PIB *per capita* predominante em Curitiba, em comparação aos demais municípios da região;
- b) O critério proporciona uma visualização facilitada das tendências e de relações entre os indicadores.

Para complementar a pesquisa e facilitar a visualização das tendências sofridas pelos indicadores nos dois anos analisados, foram utilizados gráficos para 1991 e 2000 contendo os 37 municípios (numerados de 1 a 37) e a plotagem de seus indicadores na área gráfica. A variável principal é o IDH-M, que se encontra numa variação descendente por ser a base de estudo e análise. Cada linha representa uma variável distinta, favorecendo dessa forma as conclusões a respeito das relações com o IDH.

Finalmente, na fase final do trabalho, com o auxílio desses dados coletados e tratados serão explicitadas as possíveis razões pelas quais ocorre o problema levantado neste trabalho, sendo a seleção desses dados utilizada em prol da verificação de coerência com a hipótese inicialmente apresentada.

A justificativa para a seleção da Mesorregião Metropolitana de Curitiba como estudo de caso desse trabalho se baseia na sua importância econômica para a geração de renda do Estado. A Mesorregião Metropolitana de Curitiba respondia por 41,6% do valor adicionado no Paraná em 1997, segundo dados da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA). Esse valor total decresceu em 2003 para 40,8%. Entretanto, o aumento de participação da Mesorregião no setor Indústria para o Estado significou mais do que a ínfima queda na participação total. A composição do valor adicionado da Mesorregião compreende principalmente os setores Indústria e Serviços.

Segundo a Tabela 2, em 1997, o setor industrial respondia por um esforço da mesorregião no valor adicionado de 57,4%, aumentando essa participação para 66,9% em 2003. Esse índice supera a média de participação desse setor no Estado, 51,2% em 2003. Já o setor de serviços diminuiu sua participação no que se refere à sua contribuição para a produção da Mesorregião: com participação de 40,9% em 1997, passou para 31,8% em 2003.

Como mostra a Tabela abaixo, houve uma elevação na contribuição da mesorregião no setor secundário da economia paranaense de 49,7% em 1997 para 53,5% em 2003. Em contrapartida, o setor Agropecuário perdeu participação no total

da produção do Estado de 4,1% em 1997 para 2,8% em 2003. Os dados confirmam a participação crescente do setor industrial dessa Mesorregião na economia do Estado.

TABELA 1 - PARTICIPAÇÃO DA MESORREGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA NO VALOR ADICIONADO (SETORIAL E TOTAL) DO ESTADO DO PARANÁ - 1997/2003

NÍVEL TERRITORIAL	PARTICIPAÇÃO (%)							
	1997				2003			
	Primário	Secundário	Terciário	TOTAL	Primário	Secundário	Terciário	TOTAL
Curitiba	4,1	49,7	49,0	41,6	2,8	53,3	44,2	40,8
Paraná	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: SEFA *apud* LOURENÇO, 2006, p. 16.

TABELA 2 - COMPOSIÇÃO DO VALOR ADICIONADO DA MESORREGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA E DO ESTADO DO PARANÁ, SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADES - 1997/2003

NÍVEL TERRITORIAL	ESTRUTURA DO VALOR ADICIONADO (%)							
	1997				2003			
	Primário	Secundário	Terciário	TOTAL	Primário	Secundário	Terciário	TOTAL
Curitiba	1,7	57,4	40,9	100,0	1,3	66,9	31,8	100,0
Paraná	17,2	48,1	34,7	100,0	19,5	51,2	29,3	100,0

FONTE: SEFA *apud* LOURENÇO, 2006, p. 16.

3.1 DADOS CROSS-SECTION

A análise chamada cross-section é representada por uma comparação entre determinadas observações durante um período fixo de tempo, não sendo este intervalo extenso. Segundo STOCK (2004, p. 8), "... dados sobre diferentes entidades – trabalhadores, consumidores, empresas, unidades governamentais e assim por diante – em um único período de tempo são chamados de dados de corte."

Ainda para o autor, "... Com dados de corte, podemos aprender sobre as relações entre as variáveis estudando as diferenças entre as pessoas, empresas ou outras entidades econômicas durante um único período de tempo."

Segundo BARBANCHO (1970, p. 123) sobre dados de corte ou seção transversal, “Nas observações atemporais não existe nenhuma ligação com o tempo, apesar de que, naturalmente, não é possível conceber em economia uma observação que não corresponda a um tempo específico; todavia, neste caso, cada observação não vai ligada explicitamente a um tempo diferente, mas a espaços geográficos ou a assuntos econômicos.” Para ele, no caso de dados cross-section, “... a forma é de conjunto dos valores tomados por um caráter de grande número de unidades da mesma natureza.” (p. 124)

Há a diferenciação dos dados de séries temporais, que são dados para uma única instituição ou entidade, coletados em vários períodos de tempo. Para STOCK (2004, p. 9), “Ao monitorar uma única entidade ao longo do tempo, os dados de séries temporais podem ser utilizados para o estudo da evolução das variáveis ao longo do tempo e para a previsão dos valores futuros dessas variáveis.”

3.2 METODOLOGIA DE CÁLCULO DO IDH SEGUNDO O ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL E A ADAPTAÇÃO AO IDH-MUNICIPAL

Segundo o PNUD, o IDH é proveniente do agrupamento de três grandezas específicas: A Longevidade (mensurada através da esperança de vida ao nascer), Educação (obtida através da relação da taxa de alfabetização de adultos e da taxa combinada de matrícula nos três níveis de ensino) e a Renda (medida pelo PIB *per capita* – dólares PPC ou paridade poder de compra).

Para formarem o IDH único, essas variáveis precisam ser convertidas em índices parciais, variando de 0 a 1. Conforme o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2003), a fórmula base para esse procedimento é a seguinte:

$$\text{Índice} = \frac{\text{valor observado} - \text{valor mínimo}}{\text{valor máximo} - \text{valor mínimo}}$$

Em outras palavras, para cada componente (longevidade, educação e renda) do IDH é utilizada a equação acima. Os valores mínimo e máximo são estabelecidos pelo PNUD e possuem caráter estável.

3.2.1 Cálculo da Longevidade

O Índice de Longevidade (IL_i) calculado através da esperança de vida ao nascer (V_i), juntamente com os valores mínimo e máximo de ponderação: 25 e 85 anos. A distribuição de valores pode ser observada na equação a seguir:

$$\text{Índice de Longevidade} = IL_i = \frac{V_i - 25}{85 - 25}$$

3.2.2 Cálculo da Educação

O cálculo do índice de educação é proveniente da combinação de dois outros índices: o de alfabetização (IA_i) e o de matrícula (IM_i). Para o cálculo desses dois índices se utiliza de porcentagem mínima 0% e máxima 100% como valores limites, como mostram as fórmulas seguintes:

$$\text{Índice de Alfabetização} = IA_i = \frac{A_i - 0}{100 - 0} = \frac{A_i}{100}$$

$$\text{Índice de Matrícula} = IM_i = \frac{M_i - 0}{100 - 0} = \frac{M_i}{100}$$

Em seguida, utilizam-se os índices anteriores acoplados à equação de cálculo do índice geral de educação:

$$\text{Índice de Educação} = IE_i = \frac{2}{3} IA_i + \frac{1}{3} IM_i = \frac{2IA_i + IM_i}{3}$$

3.2.3 Cálculo da Renda

O índice de renda (IR_i) é o mais complexo de ser calculado dentre os três subíndices, sendo construído com base no PIB per capita (Y_i) e em uma função logarítmica, utilizada devido à hipótese considerada de que a contribuição da renda no desenvolvimento humano possui rendimentos decrescentes.

Este índice pode ser calculado como na relação abaixo:

$$\text{Índice de Renda} = IR_i = \frac{\ln(Y_i) - \ln(100)}{\ln(40.000) - \ln(100)}$$

Os valores 100 e 40.000 são expressos em dólar Paridade Poder de Compra (PPC), sendo dada pelo Banco Mundial e representam respectivamente mínimo e máximo valor.

3.2.4 Índice de Desenvolvimento Humano

O IDH é calculado com a composição dos três índices apresentados anteriormente através de uma média aritmética:

$$IDH_i = \frac{II_i + IE_i + IR_i}{3}$$

O resultado varia entre 0 e 1, sendo a classificação dos resultados seguindo o seguinte critério estabelecido pelo PNUD:

Valor de IDH menor que 0,5: Baixo Desenvolvimento Humano

Valor de IDH entre 0,5 e 0,8: Médio Desenvolvimento Humano

Valor maior que 0,8: Alto Desenvolvimento Humano

3.2.5 O IDH adaptado ao nível municipal

O IDH inicialmente idealizado e publicado pelo PNUD era um índice relacionado diretamente a regiões maiores e relativamente fechadas em termos econômicos e geográficos. Houve a necessidade de modificações na metodologia para o nível de municípios, que são regiões menores, e mais abertas. Essa nova metodologia fez com que o índice fosse chamado de IDH-Municipal.

3.2.5.1 Renda Familiar *Per Capita*

A nível de país, o PIB *per capita* pode ser considerado uma ferramenta favorável para a mensuração de renda apropriada pela população residente, o que não ocorre para municípios. Muitas vezes, um grande volume de produto gerado não é absorvido pela maior parte da população, ou seja, a remuneração gerada a partir do produto pode ser direcionada a fatores de uma parcela de população não interna ao município, o que pode acarretar em perda de credibilidade do indicador. Para amenizar essas disparidades, optou-se por substituir o PIB *per capita* como componente da Renda pela Renda Familiar *per capita*.

Para obtenção de um melhor parâmetro a nível municipal, os valores de 40.000 e 100 (PPC) do PNUD foram transformados em R\$ 1559,24 e R\$ 3,90. Para esse ajustamento, foi preciso relacionar PIB *per capita* brasileiro de 2000 (em \$PPC) e Renda Familiar *per capita* média mensal brasileira do mesmo ano (em reais e publicada pelo Censo Demográfico).

3.2.5.2 Taxa Bruta de Frequência Combinada

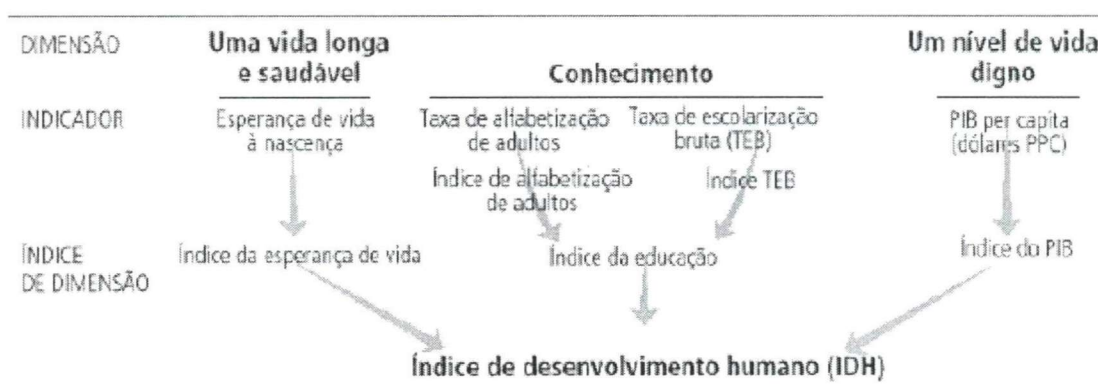
Para o componente educação também foram necessárias mudanças na metodologia. A taxa de bruta de matrícula se configura um bom indicador em regiões maiores, onde o grau de migração da população é ínfimo. Já nas regiões menores, como municípios se faz necessária a adaptação para um indicador que possa ser coletado diretamente com as pessoas (e não nas escolas e faculdades), evitando

dessa forma a dupla contagem de dados, além de captar exatamente a freqüência às aulas (podendo ser eliminadas as desistências ocorridas no decorrer do tempo). O indicador escolhido para o cálculo foi a taxa de bruta de freqüência combinada, a qual possui todas as vantagens anteriormente apresentadas e funciona como uma variável proxy da matrícula.

O cálculo da taxa bruta de freqüência combinada parte do total do número de pessoas que freqüentam o ensino fundamental, médio e superior, dividindo-se esse contingente pelo número de pessoas que possuem de 7 a 22 anos. Para o ensino fundamental, são considerados aqueles indivíduos que freqüentam o curso fundamental, exceto classe de alfabetização e supletivos de primeiro grau. No que tange àquelas pessoas que freqüentam o ensino médio, não são computados os casos de freqüência a segundo grau seriado, como supletivos. Já as pessoas que se enquadram na faixa de nível superior, são aquelas que freqüentam curso universitário ou de pós-graduação.

O Diagrama abaixo mostra os objetivos do PNUD ao desenvolver o Índice de Desenvolvimento Humano e suas principais diretrizes até o cálculo final do índice:

FIGURA 1 – DIAGRAMA DE CONSTRUÇÃO DO IDH SEGUNDO O PNUD



FONTE: PNUD – Relatório do Desenvolvimento Humano 2002

3.3 MÉTODO DE ESTUDO DE CASO

Para o desenvolvimento da pesquisa será utilizado o método científico de estudo de caso, pois a investigação será intensa e baseada em dados e diversos tipos de variáveis que poderão ou não influenciar no funcionamento do caso estudado.

Segundo FACHIN (2001, p. 42), “Esse método é caracterizado por ser um estudo intensivo. É levada em consideração, principalmente, a compreensão, como um todo, do assunto investigado. Todos os aspectos do caso são investigados. Quando o estudo é intensivo podem até aparecer relações que de outra forma não seriam descobertas”.

O trabalho será elaborado na direção de um possível registro de fatos e, conseqüentemente, utilização de dados coerentes e confiáveis para análises posteriores.

4 MESORREGIÃO GEOGRÁFICA METROPOLITANA DE CURITIBA

O presente capítulo tem o intuito de apresentar as principais características físicas, econômicas e sociais da Mesorregião de estudo, através de indicadores, mapas e figuras selecionados, segundo o estudo Leituras Regionais, publicado pelo IPARDES em 2004 e dois artigos utilizados.

A Mesorregião Metropolitana de Curitiba é situada no Primeiro Planalto Paranaense e composta por 5 Microrregiões, totalizando 37 municípios no ano 2000. Dentre estes municípios, o que mais se destaca é Curitiba, com 430,9 km² de extensão, por ser a capital do Estado. Possui a maior população (1,58 milhões de habitantes em 2000) e o maior PIB (R\$ 65,96 mil reais).

De acordo com o IPARDES, a distribuição da Mesorregião é realizada da seguinte maneira:

Microrregião Geográfica de Cerro Azul: Adrianópolis, Cerro Azul e Doutor Ulysses.

Microrregião Geográfica Lapa: Lapa e Porto Amazonas.

Microrregião Geográfica Curitiba: Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Contenda, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Mandirituba, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul, São José dos Pinhais e Tunas do Paraná.

Microrregião Geográfica Paranaguá: Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná.

Microrregião Geográfica Rio Negro: Agudos do Sul, Campo do Tenente, Piên, Quitandinha, Rio Negro e Tijucas do Sul.

O mapa abaixo representa o Estado do Paraná, subdividido em microrregiões. A Mesorregião Metropolitana de Curitiba está representada pela área em destaque:

FIGURA 2 – ESTADO DO PARANÁ SUBDIVIDIDO EM MICRORREGIÕES



FONTES: IPARDES / IBGE

NOTA: Modificações próprias com base em mapa das instituições.

4.1 FLUXOS MIGRATÓRIOS

Essa Mesorregião possui uma grande concentração em algumas áreas específicas de sua urbanização, decorrente do elevado fluxo migratório direcionado à região. Grande parte da população rural se deslocou à metrópole devido à introdução de máquinas e equipamentos mais modernizados nos campos, o que implicou em grande perda de empregos na região rural.

De um lado, no contexto da política nacional de estreitamento das relações entre o agropecuário e o industrial, tem-se o amplo movimento de expansão da agricultura moderna, instaurado no Paraná a partir do final da década de 60 e início da década de 70, marcado pela introdução maciça, no campo, de avançadas tecnologias de cultivo, de substituição de culturas alimentares pela produção de *commodities* e de alterações radicais nas relações de trabalho. Todos estes elementos, altamente poupadores de mão-de-obra, provocaram uma intensa evasão populacional do meio rural paranaense. (LEITURAS REGIONAIS / IPARDES, 2004 – p. 30)

Além da questão de migração devido à implantação de tecnologia no campo, outro fator que contribuiu pra evasão foi o aumento significativo na instalação de indústrias na região urbana ao longo do tempo, mais especificamente a partir da década de 70. Essa questão fez com que trabalhadores de outras mesorregiões migrassem à Metropolitana de Curitiba a procura de melhores condições de vida.

Parte substantiva dos fluxos populacionais decorrentes da intensa evasão ocorrida no meio rural do Paraná, convergiu para Curitiba e adjacências, em grande medida sob estímulos de um elenco de políticas nacionais de fomento ao desenvolvimento regional e urbano, entre elas a institucionalização da Região Metropolitana de Curitiba, a implantação da refinaria Getúlio Vargas, que está na origem do Centro Industrial de Araucária, e a criação da Cidade Industrial de Curitiba, onde se instalaram importantes plantas industriais, particularmente dois segmentos modernos da metal-mecânica. (LEITURAS REGIONAIS / IPARDES, 2004 – p. 30)

4.2 POPULAÇÃO E URBANIZAÇÃO

Segundo dados do IBGE, a Mesorregião Metropolitana de Curitiba foi a que mais cresceu em termos de população no intervalo entre 1991 e 2000. Em 2000 a região possuía um grau de urbanização maior que as demais mesorregiões paranaenses: 90,5%. A população no mesmo ano era de 3,05 milhões de habitantes, sendo que a município com maior população era Curitiba, com 1,6 milhões de habitantes. Em seguida vem São José dos Pinhais, com aproximadamente 204 mil habitantes e Colombo, com um contingente populacional de aproximadamente 183 mil habitantes.

A taxa média geométrica de crescimento anual no período de 1991 – 2000 total foi de 3,13%. A mesma taxa para a porção urbana da população foi mais significativa: 3,28%. Este valor supera a porcentagem para o crescimento da população no meio rural, 1,82%.

Neste contexto de urbanização, o aglomerado que mais recebe população de fora é o metropolitano, pois nos anos 90 já possuía uma infra-estrutura em desenvolvimento, porém já superior se comparada às demais mesorregiões. Esse conjunto é composto por Curitiba, Almirante Tamandaré, Araucária, Campo Largo, Campo Magro, Campina Grande do Sul, Colombo, Fazenda Rio Grande, Quatro Barras, Pinhais, Piraquara e São José dos Pinhais. Segundo o IPARDES (2004), o

grupo formado por estes municípios representou em 2000 mais de 33% do contingente populacional nas áreas urbanas do Estado.

A área litorânea da Mesorregião também pode ser inserida nesse processo de urbanização. Fazem parte: Paranaguá, Matinhos, Guaratuba e Pontal do Paraná. Estes municípios geram sua renda essencialmente através da pesca, atividades portuárias e turismo.

Similarmente à grande expansão metropolitana, os balneários litorâneos também apresentaram, no período, taxas de crescimento elevadas, configurando uma mancha contínua de ocupação e indicando uma mudança na perfil interno (DESCHAMPS e KLEINKE, 2000). A ocupação litorânea (IPARDES, 2000), formada pelos municípios de Guaratuba, Matinhos, Pontal do Paraná e Paranaguá, embora em termos de porte populacional e de importância econômica seja relativamente menor que as demais aglomerações urbanas do Estado, enquadra-se na mesma categoria pela sua dinâmica de crescimento acelerado, alta densidade e continuidade de ocupação sobre municípios vizinhos, os quais perfazem, entre si, um sistema de relações de interdependência (MOURA e WERNECK, 2000). (LEITURAS REGIONAIS / IPARDES, 2004, p. 40)

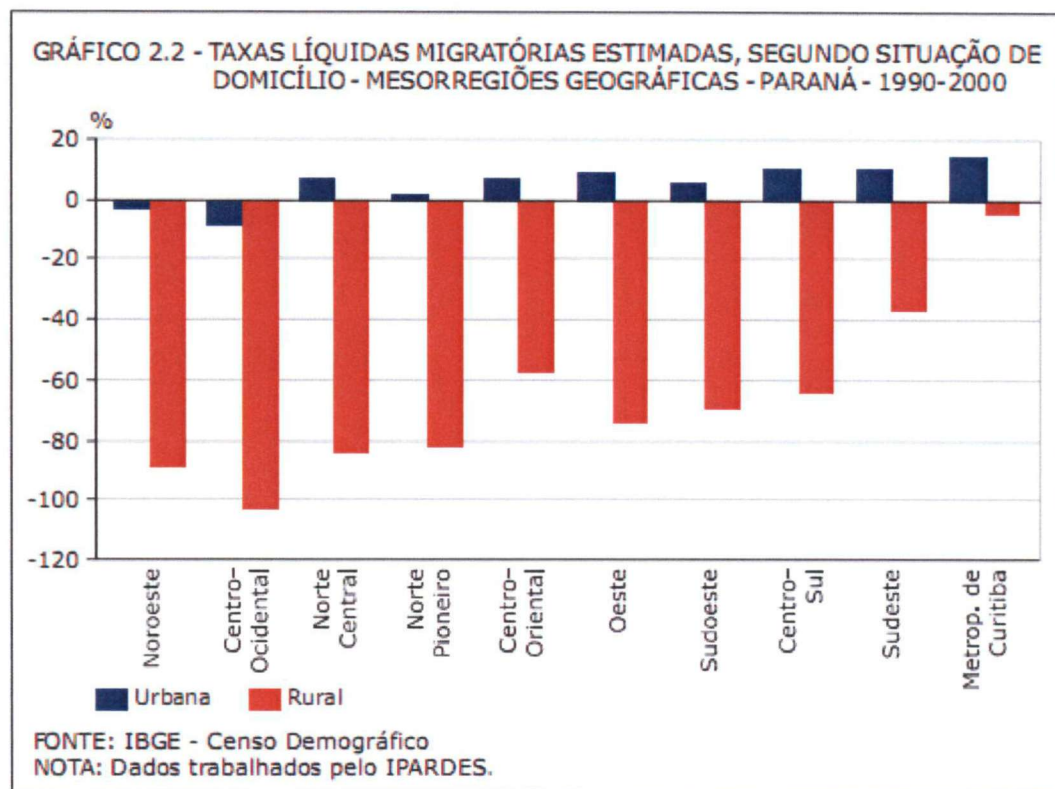
A Mesorregião Metropolitana de Curitiba responde por 32,93% da população total do Paraná e tem como municípios mais populosos Curitiba, com 1,6 milhões de habitantes, São José dos Pinhais, com 204 mil habitantes e Colombo com 183 mil habitantes (TABELA 3).

TABELA 3 - POPULAÇÃO DO PARANÁ E MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 2000

REGIÕES	POPULAÇÃO
Paraná	9.563.458
Adrianópolis (PR)	7.007
Agudos do Sul (PR)	7.221
Almirante Tamandaré (PR)	88.277
Antonina (PR)	19.174
Araucária (PR)	94.258
Balsa Nova (PR)	10.153
Bocaiúva do Sul (PR)	9.050
Campina Grande do Sul (PR)	34.566
Campo do Tenente (PR)	6.335
Campo Largo (PR)	92.782
Campo Magro (PR)	20.409
Cerro Azul (PR)	16.352
Colombo (PR)	183.329
Contenda (PR)	13.241
Curitiba (PR)	1.587.315
Doutor Ulysses (PR)	6.003
Fazenda Rio Grande (PR)	62.877
Guaraqueçaba (PR)	8.288
Guaratuba (PR)	27.257
Itaperuçu (PR)	19.344
Lapa (PR)	41.838
Mandirituba (PR)	17.540
Matinhos (PR)	24.184
Morretes (PR)	15.275
Paranaguá (PR)	127.339
Piên (PR)	9.798
Pinhais (PR)	102.985
Piraquara (PR)	72.886
Pontal do Paraná (PR)	14.323
Porto Amazonas (PR)	4.236
Quatro Barras (PR)	16.161
Quitandinha (PR)	15.272
Rio Branco do Sul (PR)	29.341
Rio Negro (PR)	28.710
São José dos Pinhais (PR)	204.316
Tijucas do Sul (PR)	12.260
Tunas do Paraná (PR)	3.611
TOTAL	3.053.313

FONTE: IBGE / CENSO DEMOGRÁFICO

FIGURA 3 – TAXAS MIGRATÓRIAS NAS MESORREGIÕES PARANAENSES
– 1990-2000



FONTE: LEITURAS REGIONAIS / IPARDES

A figura acima apresentada retrata bem esta importância da Mesorregião Metropolitana como foco de migrações advindas de outras regiões. É a que possui a taxa mais alta de migração urbana das mesorregiões paranaenses, quase alcançando a marca dos 20%. Já a participação nas migrações para a área rural é negativa, assim como nas demais mesorregiões.

4.3 POBREZA

A área de estudo é marcada por grandes contrastes em termos sociais, o que configura um contínuo crescimento urbano nas regiões metropolitanas, mas também concentrações de pobreza em regiões como litoral norte, Vale do Ribeira e sul, onde a maior parte da população é rural, além de predominar pouco crescimento populacional, serviços sociais e básicos deficientes e crescimento econômico ínfimo.

TABELA 4 - INDICADORES DE POBREZA E ACESSO A SERVIÇO DE ÁGUA ENCANADA DOS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – 2000

MUNICÍPIOS	% DE INDIGENTES	% DE POBRES	% DE PESSOAS QUE VIVEM EM DOMICÍLIOS COM BANHEIRO E ÁGUA ENCANADA
Adrianópolis (PR)	34,14	55,48	64,68
Agudos do Sul (PR)	21,78	45,9	68,51
Almirante Tamandaré (PR)	9,72	25,29	89,97
Antonina (PR)	18,61	42,2	89,14
Araucária (PR)	7,81	18,72	91,77
Balsa Nova (PR)	10,34	24,69	78,34
Bocaiúva do Sul (PR)	14,97	35,3	76,98
Campina Grande do Sul (PR)	9,74	23,51	90,8
Campo do Tenente (PR)	17,87	44,6	70,1
Campo Largo (PR)	6,88	18,05	87,25
Campo Magro (PR)	7,23	21,67	84,38
Cerro Azul (PR)	35,36	60,64	53,31
Colombo (PR)	6,49	18,76	93,97
Contenda (PR)	12,75	31,07	71,19
Curitiba (PR)	3,52	9,06	97,56
Doutor Ulysses (PR)	43,92	68,62	41,31
Fazenda Rio Grande (PR)	8,18	21,58	91,3
Guaraqueçaba (PR)	34,71	60,93	56,77
Guaratuba (PR)	10,78	26,01	85,63
Itaperuçu (PR)	20,97	41,15	68,52
Lapa (PR)	17,65	36,97	76,88
Mandirituba (PR)	11,67	30,67	76,92
Matinhos (PR)	6,87	21,63	86,93
Morretes (PR)	8,61	30,28	78,37
Paranaguá (PR)	7,14	21,11	90,21
Piên (PR)	11,44	30,95	73,66
Pinhais (PR)	5,13	14,56	97,06
Piraquara (PR)	9,78	24,9	88,82
Pontal do Paraná (PR)	9,74	23,17	91,76
Porto Amazonas (PR)	8,88	27,87	86,71
Quatro Barras (PR)	6,14	22	90,59
Quitandinha (PR)	24,89	48,53	60,05
Rio Branco do Sul (PR)	14,98	35,44	66,59
Rio Negro (PR)	5,84	22,52	86
São José dos Pinhais (PR)	5,57	15,43	93,26
Tijucas do Sul (PR)	15,97	38,96	74,99
Tunas do Paraná (PR)	23,34	52,21	39,51

FONTE: ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL / PNUD

NOTA: A metodologia utilizada no cálculo do indicador quantidade de indigentes é o quanto da população da região possui renda *per capita* inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. Para a porcentagem de pobres, a base é a quantidade da população em relação à total do município que auferem uma renda *per capita* menor que $\frac{1}{2}$ do salário mínimo estabelecido.

Analisando-se a tabela acima, observa-se que os municípios que possuem maior quantidade de indigentes nessa Mesorregião, em 2000, são os municípios de Doutor Ulysses, com 43,92% de indigentes em seu território, Cerro Azul, com

35,36%, Guaraqueçaba, com 34,71% e por último Adrianópolis, com 34,14% de indigentes.

Com referência ao indicador porcentagem de pobres, quem lidera o ranking também é o município de Doutor Ulysses, registrando 68,62% de sua população em situação de pobreza. Em seguida vem Guaraqueçaba, com 60,93% de pobres, Cerro Azul, com 60,64% e Tunas do Paraná, possuindo uma porcentagem de 52,21%. Os municípios de Quitandinha, Agudos do Sul, Campo do Tenente, Tijucas do Sul e Lapa são os que apresentaram menores valores de pessoas pobres.

4.4 ESTRUTURA PRODUTIVA

A Mesorregião Metropolitana de Curitiba é uma região de contrastes e grande diversidade em termos de sua capacidade de produção e estrutura física entre os municípios participantes, possuindo acentuada heterogeneidade produtiva.

Segundo LOURENÇO, (2006, p. 16), "... a região polarizada por Curitiba, abarcando a maioria dos municípios do espaço metropolitano, do Litoral e da Ribeira, apresenta uma dinâmica econômica bastante heterogênea, com pronunciada concentração de geração de renda no eixo central, capitaneado por Curitiba, por conta de diversificação industrial e dos serviços."

4.4.1 Agropecuária

No que se refere à dimensão agropecuária da Mesorregião, pode-se observar que há uma dinâmica de produção agrícola bem diversificada, diante dos diferentes tipos de solo e relevo. Um fator que auxilia no processo de crescimento da produção agropecuária na mesorregião é a proximidade a Curitiba, que facilita o transporte destes produtos, incentivando a continuidade de suas atividades, principalmente a de produção de alimentos.

Nas regiões de serra do mar, ilhas e bacias hidrográficas, onde predominam solos de mangue, a produção não é direcionada ao mercado, sendo altamente de subsistência. Pode-se destacar o litoral norte como uma região que possui uma produção tradicional, baseada principalmente na extração do palmito. Já o litoral sul se dedica à produção com tecnologia, tendo como objetivo a exportação ao

mercado. O principal exemplo é Morretes, que está desenvolvendo sua capacidade tecnológica em prol do deslocamento de seus produtos ao mercado.

Os produtos que tiveram sua produção elevada em significância na região foram banana, cebola, feijão, mandioca e plantei de aves, no decorrer dos anos noventa. Vale destacar a importância da região do Vale do Ribeira na produção de frutas, devido sua estrutura do solo ser apropriada e de pouca mobilização.

A mesorregião, em 1990, detinha grande participação agrícola na produção total do Estado. Entretanto, essa participação vem caído com o decorrer dos anos. Segundo dados do IPARDES, em 1990, o valor bruto da produção (VBP) da agricultura correspondia a 90,5% do valor total da agropecuária, valor esse que caiu para 81,4% em 2001. Já a pecuária aumentou sua importância de 9,4% em 1990 para 18,6% em 2001 graças ao aumento no plantei de aves ocorrido durante os anos noventa: de 2,3%, passou para 7,3% no decorrer da década.

Os produtos que foram produzidos em maior quantidade e possuem participação importante na agricultura da região no período de 2001 foram a batata-inglesa (predominante nos municípios de Araucária, Contenda e Campo Largo), o milho (em destaque Bocaiúva do Sul, Tunas do Paraná e Lapa) e a tangerina (produzida nos municípios de Cerro Azul, Doutor Ulysses e Rio Branco do Sul), que juntos somam 50% de todo o produzido no ano.

Na pecuária, as criações de coelhos e aves obtiveram participações de respectivamente 19,5% e 21,8% do total do Estado e na produção de produtos de origem animal, a importância é destinada ao mel, que contribuiu com 17,2%. A madeira também se apresenta como importante produto da região, agregando em 2001 24% do total do VBP da mesorregião.

Como mostra a Figura 4, no que se refere às olerícolas e frutas que se destacaram em termos de produção no ano de 2001, pode-se citar a cebola, com 60,4% da produção agrícola total no período, a batata-inglesa, com 43,5% de participação, a tangerina, 91% e a maçã, 46,5%.

FIGURA 4 – PRINCIPAIS PRODUTOS EXPLORADOS NA MESORREGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA E PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO PARANAENSE - 2001

PRODUTO	PRODUÇÃO		
	Metropolitana de Curitiba	Paraná	Part. (%)
Grãos (t)			
Milho	591.764	12.646.564	4,68
Soja	55.006	8.615.187	0,64
Feijão	45.157	462.615	9,76
Outros grãos	13.388	2.400.564	0,56
TOTAL de grãos	705.315	24.124.930	2,96
Outros produtos (t)			
Cebola	39.785	65.858	60,41
Batata-inglesa	253.539	582.440	43,53
Batata-doce	16.509	62.448	26,44
Banana (mil cachos)	63.464	157.579	40,27
Outros produtos (mil frutos)			
Tangerina	186.497	204.842	91,04
Maçã	13.934	29.931	46,55
Pêssego	8.803	23.102	38,10

FONTE: IBGE – Produção Agrícola Municipal *apud* LEITURAS REGIONAIS – IPARDES, 2004, p. 102.

Os municípios considerados os mais agrícolas são Mandirituba, Cerro Azul e Araucária, que juntos somavam 25,7% do total agregado na agricultura da mesorregião.

A mesorregião sofreu crescente diminuição em suas áreas agrícolas no período entre 1985 e 1995, ocasionada pela grande onda de migração urbana no período e aumento das estruturas das metrópoles.

Segundo IPARDES, 2004, p. 90:

A expressiva redução de 36,9% da área total ocupada pela agropecuária, entre 1985 e 1995, está vinculada à diminuição de 12.239 estabelecimentos (33,3% do total). Na mesorregião, os fatos que determinaram essa redução de estabelecimentos se deram principalmente em função das áreas requeridas pela expansão urbana, pela criação de unidades ambientais, e também pela dinâmica concentradora, característica da atual etapa de desenvolvimento da agricultura paranaense. Observa-se que, para a mesorregião, a perda de área tem importância relativa maior do que a perda do número de estabelecimentos, quando se comparam os dois últimos resultados censitários.

4.4.2 Indústria

O setor industrial vem ganhando participação na mesorregião, alavancado principalmente pelos incentivos e tecnologias envolvidas nos segmentos da metalmeccânica. Os incentivos e financiamentos do extinto Banco do Desenvolvimento do Paraná (Badep) e do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) foram primordiais para esse crescimento (IPARDES, 2004).

O desempenho do setor começou a ter efeitos a partir dos anos noventa, quando se iniciou a incorporação de novos segmentos na sua estrutura, além de representar a mesorregião mais importante do Estado nessa atividade. Investimentos nas indústrias automotivas também foram fundamentais ao desenvolvimento do segundo setor na mesorregião (NOJIMA, MOURA E SILVA, 2004 – citado em IPARDES 2004).

Segundo IPARDES (2004, p. 102):

Tais políticas resultaram no adensamento do segmento metalmeccânico, principalmente do gênero de transporte no Estado e também na atração de grande número de fornecedores e empresas complementares. Por outro lado, reforçaram o aglomerado metropolitano de Curitiba, pela concentração dos investimentos econômicos realizados particularmente nos municípios de São José dos Pinhais, que sedia a localização das duas maiores montadoras (Renault e Volkswagen/Audi), Campo Largo (onde se localizava a Chrysler), Araucária e Curitiba.

No que se refere à dimensão industrial mais voltada ao Litoral, pode-se destacar Paranaguá, com suas atividades portuárias de comercialização e escoamento de grãos, que mesmo tendo sua produção declinante de 1980 até 2000 (de 3,4% para 1,8%) ainda contribui positivamente ao setor industrial da mesorregião.

Segundo IPARDES (2004), o segundo setor de atividade é representado basicamente por 4 divisões importantes predominantes na Mesorregião Metropolitana de Curitiba: pólo eletro-metalmeccânico e químico, agroquímico, agroindústria e extrativismo mineral e madeireiro.

O pólo industrial eletro-metalmeccânico se localiza na Cidade Industrial de Curitiba (CIC) e demais distritos industriais de Curitiba e municípios do entorno da capital. Os municípios que detêm a maior parte das indústrias desse gênero na mesorregião são os municípios de Curitiba, Campo Largo, São José dos Pinhais,

Piraquara, Araucária, Colombo, Pinhais, Almirante Tamandaré, Quatro Barras e Porto Amazonas.

Este complexo, (que até a segunda metade da década de noventa era mais representado pelas atividades de eletrodomésticos, aparelhos eletroeletrônicos, equipamentos para energia elétrica, materiais eletroeletrônicos e equipamentos para comunicações), foi sendo modificado em termos de estrutura para o ramo de material de transportes, fazendo com que esse segmento ganhasse mais participação na produção industrial. Segundo dados do IPARDES, a contribuição do segmento para o valor adicionado fiscal (VAF) da mesorregião foi elevado (8,1% em 1995 para 14,42% em 2002), em comparação com as demais divisões da indústria, perdendo apenas para o refino de petróleo (15% em 1995 para 33,7% em 2002).

Uma das maiores e mais importantes concentrações de indústrias automotivas do Brasil se localizam na mesorregião, contando com a participação de empresas como Volkswagen-Audi, Renault-Nissan e Volvo. Com a instalação dessas indústrias na região, o setor de autopeças foi beneficiado, fazendo com que montadoras se instalassem também na região a partir da década de noventa. Alguns exemplos: Robert Bosch (instalada em 1969), Denso do Brasil (1981), ambas iniciaram suas atividades em Curitiba. As mais novas, Perkins e New Hubner em Curitiba, Tritec em Campo Largo e Koyo em Piraquara.

Na indústria química, a importância é dada a Araucária e à presença da Refinaria Getúlio Vargas na região, onde são realizadas as atividades de refino de petróleo. Essa atividade é a que mais agregou participação no VAF da mesorregião, tanto no ano de 1995 (15%), quanto no de 2002 (33,7%). A Refinaria produz cerca de 12% da produção de derivados de petróleo do país.

O complexo minerais não-metálicos é representado basicamente pelos municípios de Balsa Nova e Rio Branco do Sul, regiões que se dedicam à produção de cimento.

4.4.3 Comércio e Serviços

No que tange ao comércio e aos serviços, a mesorregião é beneficiada pelo aumento nas instalações de supermercados e hipermercados, que agora estão passando a não ser mais locais, mas sim redes de lojas mais ricas em tecnologia. Os shoppings centers e a rede hoteleira também vêm atingindo participação considerável na região.

Este setor representa sua importância através de sua contribuição no VAF estadual: A mesorregião agregou 48,8% do VAF de todo o Estado em comércio e serviços em 2000, sendo Curitiba o município que mais contribuiu para esse resultado: 27,8% do VAF estadual. No comércio por atacado, a região que se destaca é Araucária, que registrou no mesmo ano 9,2% de todo o VAF agregado no Estado no setor. São José dos Pinhais também obteve contribuição relevante em relação ao Estado, ficando na terceira posição do ranking de municípios que mais contribuíram para o setor: 3,9% do VAF do Estado em 2000.

Deve-se salientar que 3 municípios detêm juntos cerca de 84% do total produzido na Mesorregião no setor comércio e serviços em 2000: Curitiba, Araucária e São José dos Pinhais.

Na mesorregião, o turismo se apresenta como uma alternativa que vem rendendo participação no setor de serviços.

A atividade do turismo vem adquirindo relevância ao longo dos últimos anos, tanto em Curitiba quanto como alternativa de renda para as pequenas propriedades rurais dos demais municípios da mesorregião. Não menos importante, vem demonstrando capacidade de incorporar grandes contingentes de pessoas, com a introdução da modalidade de turismo de massas, que se contrapõe ao turismo de elite praticado na região até os primórdios da década de 90.

(IPARDES, 2004, p. 128)

A região que detém a maior parte da estrutura de turismo da mesorregião é Curitiba. Outros municípios que possuem contribuição maciça na atividade de turismo na região: Piraquara, com o Caminho Trentino de turismo rural; São José dos Pinhais, com o Caminho do Vinho, onde são valorizados cultura, folclore e produção e venda de queijos e vinhos; Campo Largo, com a Rota Louça, onde os visitantes podem conhecer o processo de produção das louças; Araucária, com os “pesque-pague” e comércio de produtos artesanais no Caminho de Guajuvira;

Campo Magro, com o evento cultural “Verde que te quero Verde”. Na região litorânea, destacam-se Paranaguá, Morretes, Antonina e a Serra do Mar (com a estrada da Graciosa) como importantes pólos de turismo devido à abrangência histórica e por serem considerados grandes centros gastronômicos da região.

5 ANÁLISE DE DADOS

O objetivo do presente capítulo é a avaliação e interpretação dos dados coletados de fundamental relevância a fim de chegar a conclusões satisfatórias que possam ou não responder à principal hipótese.

5.1 MUNICÍPIOS CRIADOS PÓS 1991

Dentre os municípios que compõem a Mesorregião Metropolitana de Curitiba, há os que foram criados após 1991, um dos períodos de análise deste trabalho. Essa seria a justificativa pela ausência de dados em algumas regiões analisadas no ano de 1991.

Segundo estudos do IPARDES, se inserem neste contexto os seguintes municípios:

Doutor Ulysses, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Pinhais e Tunas do Paraná, todos criados em 1993; Campo Magro e Pontal do Paraná, ambos criados em 1997.

5.2 PREDOMINÂNCIA NOS MUNICÍPIOS

Para uma melhor e mais consistente análise dos municípios faz-se necessária a exposição das participações dos municípios, segundo setores de atividades, a partir do produto total de cada município estudado.

A tabela a seguir mostra os percentuais de participação de cada setor da economia na produção total dos municípios no ano de 1991:

TABELA 5 - PARTICIPAÇÃO DOS SETORES NO VALOR TOTAL DA PRODUÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – 1991

MUNICÍPIOS	PARTICIPAÇÃO (%)			TOTAL
	Agropecuária	Indústria	Serviços	
Paraná	12,53	32,23	55,24	100,00
Adrianópolis	16,92	59,34	23,74	100,00
Agudos do Sul	60,86	0,00	39,14	100,00
Almirante Tamandaré	16,55	37,47	45,98	100,00
Antonina	16,27	57,09	26,64	100,00
Araucária	2,18	67,18	30,64	100,00
Balsa Nova	4,37	73,13	22,50	100,00
Bocaiúva do Sul	43,74	7,03	49,23	100,00
Campina Grande do Sul	10,58	46,65	42,77	100,00
Campo do Tenente	46,10	0,00	53,90	100,00
Campo Largo	8,92	60,96	30,12	100,00
Campo Magro	-	-	-	-
Cerro Azul	56,93	17,23	25,84	100,00
Colombo	9,30	54,80	35,90	100,00
Contenda	60,36	3,30	36,34	100,00
Curitiba	0,05	54,51	45,45	100,00
Doutor Ulysses	-	-	-	-
Fazenda Rio Grande	-	-	-	-
Guaraqueçaba	56,44	0,00	43,56	100,00
Guaratuba	18,91	16,22	64,87	100,00
Itaperuçu	-	-	-	-
Lapa	49,51	13,77	36,72	100,00
Mandirituba	52,56	7,12	40,32	100,00
Matinhos	0,00	23,08	76,92	100,00
Morretes	53,84	5,77	40,39	100,00
Paranaguá	0,53	27,25	72,22	100,00
Piên	43,74	24,11	32,15	100,00
Pinhais	-	-	-	-
Piraquara	0,79	63,27	35,94	100,00
Pontal do Paraná	-	-	-	-
Porto Amazonas	-	-	-	-
Quatro Barras	1,56	66,29	32,14	100,00
Quitandinha	65,27	0,00	34,73	100,00
Rio Branco do Sul	3,46	69,85	26,69	100,00
Rio Negro	5,99	66,27	27,74	100,00
São José dos Pinhais	3,94	60,84	35,22	100,00
Tijucas do Sul	53,84	11,54	34,62	100,00
Tunas do Paraná	-	-	-	-

FONTE: IPARDES - PIB DO PARANÁ - 1980-1995 (1997)

NOTA: Elaboração própria com base nos dados da Instituição.

Primeiramente, pode-se observar que a produção do Estado neste ano estava concentrada basicamente no setor de serviços e indústria, com participação no total produzido de 55,24% e 32,23% respectivamente.

Os municípios que detiveram a maior parte de sua produção concentrada na agropecuária foram Quitandinha, com 65,27% alocado no setor primário, Agudos do Sul, com 60,86%, Contenda, 60,36%, Cerro Azul, 56,93%, Guaraqueçaba, 56,44%, Tijucas do Sul, 53,84, Morretes, 53,84%, Mandirituba, 52,56 e Lapa, 49,51%.

A predominância do setor secundário como atividade principal ficou evidente em 13 municípios: Balsa Nova lidera o ranking, apresentando uma participação de 73,13 da sua produção voltada ao setor industrial. Em seguida, vem Rio Branco do Sul, com 69,85% da sua produção voltada à indústria, Araucária com 67,18%, Quatro Barras com 66,29%, Rio Negro com 66,27%, Piraquara com 63,27%, Campo Largo com 60,96%, São José dos Pinhais com 60,84%, Adrianópolis com 59,34, Antonina com 57,09%, Colombo com 54,8%, Curitiba com 54,51% e por último, Campina Grande do Sul, com 46,65% de participação do total se seu PIB.

A quantidade de municípios que possuem predominância econômica no setor de serviços é menor que a dos outros dois setores. No ano, apenas 6 municípios fizeram parte desse conjunto. No entanto, as participações são bem marcadas e pode-se notar que Matinhos e Paranaguá eram regiões essencialmente voltadas para o ramo dos serviços. Suas participações foram de 76,92% e 72,22% no que tange ao valor agregado de serviços, respectivamente. Guaratuba obteve uma participação de 64,87% no período, Campo do Tenente de 53,9%, Bocaiúva do Sul de 49,23% e Almirante Tamandaré, 45,98%.

O município que se destacou por seu relativo equilíbrio entre os setores de atividades, se comparado aos demais municípios, foi Piên. Apesar de apresentar maior tendência ao setor agropecuário, com 43,74% de sua renda alocada neste segmento, obteve participação de 32,15% no setor terciário e 24,11% no setor industrial. Esses dados caracterizam o município como bem distribuído em termos de produção nos 3 setores de atividade em 1991.

Os municípios que lideraram os valores de PIB do ano de 1991 foram Curitiba, finalizando o período com R\$ 534 mil, Araucária, com produção total de R\$ 168,1 mil e São José dos Pinhais, com R\$ 54,7 mil.

Para o ano de 2000, já se pode perceber uma grande mudança com relação às características de predominância da produção no âmbito do Estado como um todo e da Mesorregião em análise.

Segundo mostrado na Tabela 4 nota-se um deslocamento acentuado da participação no setor de serviços para o setor industrial no que se refere ao Estado do Paraná, fazendo com que agora o setor industrial lidere o ranking produtivo, com 52,17% e contribua mais para o Estado do que o setor serviços, que alcançou apenas 33,14% de participação no ano.

TABELA 6 - PARTICIPAÇÃO DOS SETORES NO VALOR TOTAL DA PRODUÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – 2000

Continua

MUNICÍPIOS	PARTICIPAÇÃO (%)			
	Agropecuária	Indústria	Serviços	TOTAL
Paraná	14,29	52,17	33,14	100
Adrianópolis	34,15	19,37	46,48	100
Agudos do Sul	46,04	10,33	43,63	100
Almirante Tamandaré	4,48	45,84	49,69	100
Antonina	6,31	54,44	39,25	100
Araucária	1,09	64,7	34,21	100
Balsa Nova	11,79	64,41	23,8	100
Bocaiúva do Sul	30,72	24,03	45,25	100
Campina Grande do Sul	2,09	52,48	45,43	100
Campo do Tenente	55,63	8,65	35,72	100
Campo Largo	5,37	54,13	40,5	100
Campo Magro	14	34	52	100
Cerro Azul	74,66	1,21	24,13	100
Colombo	2,05	44,93	53,02	100
Contenda	30,94	20,54	48,52	100
Curitiba	0,02	41,75	58,24	100
Doutor Ulysses	75	2	23	100
Fazenda Rio Grande	2,22	37,44	60,35	100
Guaraqueçaba	25,8	11,67	62,53	100
Guaratuba	8,64	25,66	65,69	100
Itaperuçu	14,75	32,36	52,89	100
Lapa	36,85	30,57	32,57	100
Mandirituba	55,81	13,76	30,43	100
Matinhos	0,1	26,28	73,62	100
Morretes	24,43	19,45	56,11	100
Paranaguá	0,23	59,09	40,68	100

MUNICÍPIOS	PARTICIPAÇÃO (%)			Conclusão
	Agropecuária	Indústria	Serviços	TOTAL
	Pinhais	0,11	54,04	45,85
Piraquara	1,38	35,05	63,58	100
Pontal do Paraná	0,29	30,11	69,59	100
Porto Amazonas	26,99	36,55	36,46	100
Quatro Barras	0,79	68,11	31,1	100
Quitandinha	47,92	9,37	42,71	100
Rio Branco do Sul	6,97	65,48	27,55	100
Rio Negro	18,65	43,9	37,45	100
São José dos Pinhais	0,96	71,88	27,16	100
Tijucas do Sul	27,04	13,52	59,45	100
Tunas do Paraná	26,36	10,54	63,1	100

FONTE: IPARDES / BDE

NOTA: Elaboração própria com base nos dados da Instituição.

Em 2000 também há o acréscimo de 8 municípios antes ausentes em nossa análise. O motivo é por terem sido criados e incorporados à Região Metropolitana de Curitiba depois de 1991 (como já mencionado anteriormente). Dentre esses municípios, podem ser considerados essencialmente produtores de serviços: Campo Magro, direcionando sua produção 52,14% no setor terciário, Fazenda Rio Grande, com participação de 60,35%, Itaperuçu, com 52,89%, Pontal do Paraná, 69,59% e Tunas do Paraná, com 63,10%. Doutor Ullysses pode ser considerado agrícola, pela sua participação de 75,39% no setor. Já Pinhais, concentra sua produção entre os setores secundário e terciário, 54,04% e 45,85% respectivamente. Porto Amazonas pode ser considerado um município que possui sua produção bem distribuída entre os três setores.

Os municípios considerados agrícolas em 2000 são Cerro Azul, Mandirituba e Campo do Tenente, todos os três com participações na agropecuária acima de 50%. Quitandinha e Agudos do Sul equilibram sua participação entre setor primário e terciário.

A predominância no setor secundário ficou para os municípios de São José dos Pinhais (71,88%), Quatro Barras (68,11%), Rio Branco do Sul (65,48%), Araucária (64,70%), Balsa Nova (64,41%), Piên (60,76%), Paranaguá (59,09%) e Antonina (54,44%). Vale lembrar que em 1991, Piên se classificava como um município equilibrado entre os três setores da economia, modificando sua condição em 2000. Os municípios de Campo Largo, Pinhais, Campina Grande do Sul,

Almirante Tamandaré, Colombo, Rio Negro e Curitiba fecharam o ano de 2000 tendo um equilíbrio nas produções do setor secundário com o terciário.

No setor de serviços, predominam 11 municípios: Matinhos, Pontal do Paraná, Guaratuba, Piraquara, Tunas do Paraná, Guaraqueçaba, Fazenda Rio Grande, Tijucas do Sul, Morretes, Itaperuçu e Campo Magro. Todos eles possuem em 2000 participações em serviços maiores que 50%.

O equilíbrio relativo nas três produções ocorreu nos municípios de Bocaiúva do Sul, Porto Amazonas e Lapa.

5.3 IDH COMO BASE

Nesta parte do trabalho, há a análise da relação das variáveis PIB a preços de mercado, PIB *per capita* e Índice de Gini com relação ao IDH. Para isso, os valores reais de todas as variáveis foram transformados em índices de base considerada como 100. As variáveis IDH e Índice de Gini foram modificadas para índices com o maior valor sendo representado por 100. Para as variáveis PIB a preços de mercado e PIB *per capita* o valor 100 foi relacionado à média aritmética dos valores dos municípios estudados.

Foi utilizado este critério devido à discrepância quanto aos valores de Curitiba e Araucária em relação aos demais municípios da mesorregião. O objetivo é apresentar os dados de forma mais uniforme e analisar as tendências das variáveis com relação ao IDH.

Considerando-se o IDH como variável principal de análise e organizando seus valores de forma decrescente, a tabela abaixo mostra os valores apresentados em termos de índices para o ano de 1991:

TABELA 7 - IDH, PIB A PREÇOS DE MERCADO, PIB PER CAPITA E ÍNDICE DE GINI EM FORMA DE ÍNDICE - 1991

MUNICÍPIOS	IDH - MUNICIPAL	PIB A PREÇOS DE MERCADO (EM CR\$)	PIB PER CAPITA	ÍNDICE DE GINI
Paraná	0,711	14,876	0,431	0,60
Curitiba (PR)	0,799	3,482	0,752	0,60
São José dos Pinhais (PR)	0,729	0,332	0,747	0,49
Pinhais (PR)	0,727 -	-		0,43
Matinhos (PR)	0,726	0,004	0,081	0,51
Paranaguá (PR)	0,718	0,318	0,877	0,52
Fazenda Rio Grande (PR)	0,716 -	-		0,51
Araucária (PR)	0,715	1,000	5,637	0,47
Campo Largo (PR)	0,711	0,158	0,602	0,48
Rio Negro (PR)	0,71	0,070	0,815	0,54
Balsa Nova (PR)	0,708	0,045	2,149	0,51
Piraquara (PR)	0,706	0,115 -		0,42
Quatro Barras (PR)	0,703	0,025	0,868	0,52
Campina Grande do Sul (PR)	0,696	0,012	0,102	0,52
Colombo (PR)	0,691	0,091	0,089	0,42
Antonina (PR)	0,687	0,010	0,111	0,56
Campo Magro (PR)	0,682 -	-		0,43
Mandirituba (PR)	0,68	0,022	0,049	0,47
Contenda (PR)	0,68	0,013	0,516	0,58
Lapa (PR)	0,678	0,049	0,278	0,55
Guaratuba (PR)	0,678	0,007	0,036	0,57
Porto Amazonas (PR)	0,677 -	-		0,54
Pontal do Paraná (PR)	0,67 -	-		0,49
Piên (PR)	0,669	0,003	0,143	0,43
Almirante Tamandaré (PR)	0,667	0,033	0,000	0,41
Morretes (PR)	0,667	0,006	0,083	0,53
Tijucas do Sul (PR)	0,648	0,006	0,164	0,52
Bocaiúva do Sul (PR)	0,639	0,004	0,099	0,49
Agudos do Sul (PR)	0,632	0,000	0,062	0,47
Rio Branco do Sul (PR)	0,627	0,124	1,000	0,55
Adrianópolis (PR)	0,613	0,010	0,397	0,53
Quitandinha (PR)	0,611	0,006	0,058	0,46
Itaperuçu (PR)	0,606 -	-		0,47
Campo do Tenente (PR)	0,593	0,001	0,206	0,50
Guaraqueçaba (PR)	0,584	0,000	0,005	0,49
Tunas do Paraná (PR)	0,582 -	-		0,50
Cerro Azul (PR)	0,568	0,015	0,128	0,54
Doutor Ulysses (PR)	0,546 -	-		0,49

FONTES: PNUD - ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, IPARDES

NOTA: Elaboração própria com base nos dados das Instituições.

Conforme a Tabela 7 pode-se notar que no de 1991 os municípios da Mesorregião Metropolitana de Curitiba que apresentaram maiores IDHs foram

Curitiba, São José dos Pinhais, Pinhais, Matinhos e Paranaguá. Dentre esses 5 municípios, os maiores em termos de PIB a preços de mercado com relação à média no período foram Curitiba, São José dos Pinhais e Paranaguá. O município de Pinhais ainda não tinha sido criado e Matinhos fechou o ano com valores de PIB e PIB *per capita* ínfimos. Vale lembrar que o critério utilizado pelo PNUD para a determinação do diagnóstico com relação aos índices é: menor que 0,5, baixo desenvolvimento; entre 0,5 e 0,8, médio desenvolvimento; acima de 0,8, alto desenvolvimento. Como nenhum dos 37 municípios analisados apresentou IDH baixo segundo o critério do PNUD, pode-se estabelecer o seguinte raciocínio para este trabalho: valores índices de 0,706 a 0,799, alto desenvolvimento; de 0,669 a 0,703, médio desenvolvimento; de 0,546 a 0,667, baixo desenvolvimento.

Pode-se observar que os menores valores de IDH da Mesorregião são representados por municípios que possuíam sua base produtiva essencialmente agrícola: Guaraqueçaba, e Cerro Azul. Com exceção de Campo do Tenente, que possuía sua produção mais voltada para serviços. Guaraqueçaba e Cerro Azul registraram valores de PIB e PIB *per capita* que acompanharam a lógica de municípios menores e pouco desenvolvidos nos setores secundário e terciário da economia: Guaraqueçaba apresentou R\$ 0,9 mil em PIB e R\$ 0,117 em PIB *per capita* e Cerro Azul, R\$ 3,9 mil e R\$ 0,186

Os municípios que apresentaram IDH mais próximo da média da mesorregião foram Araucária, com uma diferença de 0,5 para mais, Campo Largo, com índice semelhante ao da mesorregião, Rio Negro, com 0,13 a menos e Balsa Nova, com uma diferença de apenas 0,38 para o valor médio dos 37 municípios. Desses 4 municípios, somente Araucária apresentou valor de PIB *per capita* elevado: seu índice é de 5,637 (R\$ 3,3 mil na tabela de valores reais), o que corresponde a quase oito vezes o valor da média do conjunto. Balsa Nova vem em seguida com um índice de 2,149. Rio Negro e Campo Largo registraram índices semelhantes em proporção: 0,815 e 0,602 respectivamente.

Outra análise que se pode fazer dos municípios acima citados, mas agora a partir de dados de PIB desses municípios, é a que apesar dos Índices de Desenvolvimento Humano se equipararem relativamente entre eles, há uma distorção significativa no que se refere a seus dados de PIB a preços de mercado. Araucária possui o maior montante de PIB, totalizando um índice de 1, ou seja,

aproximadamente quatro vezes o valor índice da média da mesorregião, seguido de Campo Largo, registrando índice de 0,158 (menor em 1,3 vezes do valor da média). Em seguida vem Rio Negro com valor de 0,070 e por último, Balsa Nova, com PIB em forma de índice de 0,045.

Cabe ressaltar ainda que os municípios que detêm os maiores valores de PIB *per capita* nessa Mesorregião não coincidem em sua totalidade com os que lideram em IDH: Araucária liderou o ranking, registrando índice de PIB *per capita* de 5,637, entretanto seu valor de IDH não foi o mais elevado da mesorregião (cerca de 1,1 vezes menor que o valor de Curitiba); em Balsa Nova, Paranaguá e Rio Negro ocorreu o mesmo caso, sendo que os três possuem grande participação no PIB *per capita* da mesorregião, mas não detêm exatamente a mesma colocação no que se refere a IDH.

Um caso interessante é o de Rio Branco do Sul, que se caracteriza por uma região de IDH baixo, mas se mostra como uma região onde o PIB *per capita* se destaca entre os maiores da mesorregião. Curitiba e São José dos Pinhais, apesar de terem aspectos muito semelhantes de valores de indicadores, não possuíram no ano valores tão altos de *per capita* quanto seus IDHs: 0,752 e 0,747 respectivamente.

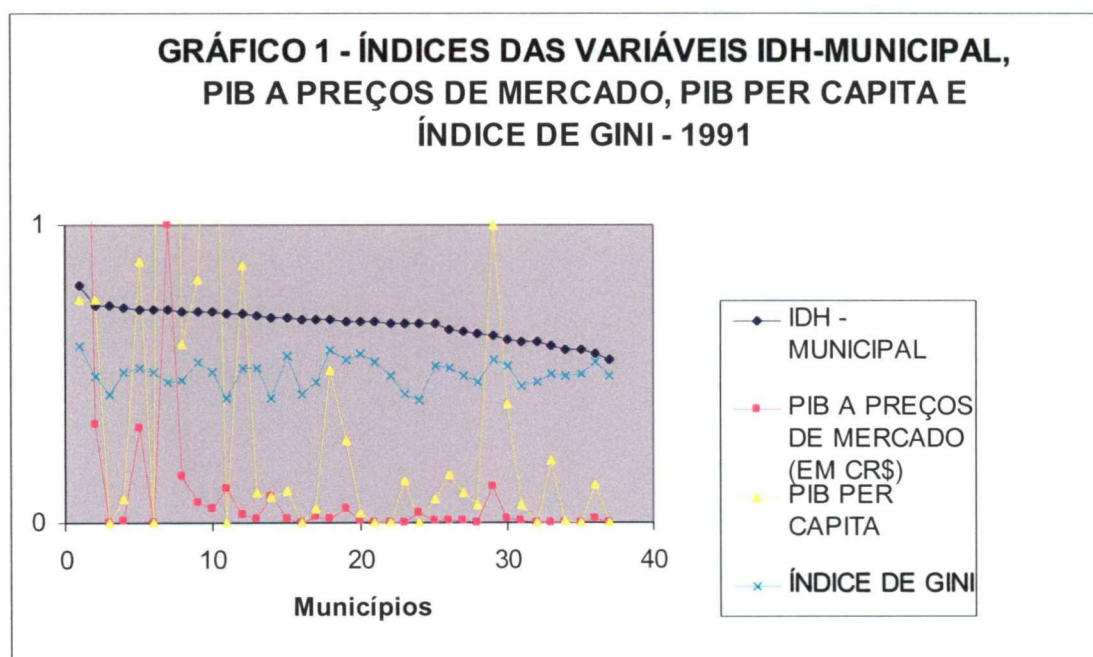
Outro fato notável é o de Matinhos, que possui supostamente um desenvolvimento alto pelo valor de seu IDH, entretanto registrou valor não significativo de PIB *per capita* com relação à média dos municípios. Os municípios de Adrianópolis, Campo do Tenente e Tijucas do Sul apresentaram valores baixos de IDH e medianos de PIB *per capita*. Os demais municípios foram mesclados em valores médios e baixos de IDH e médios de *per capita*. Dentre os municípios que registraram médio desenvolvimento e PIB *per capita* ínfimo pode-se citar Almirante Tamandaré, com índice PIB de 0,000; Guaratuba, com 0,036 e Mandirituba com 0,049.

Quanto aos municípios que possuem uma maior desigualdade de renda, retratada por seus valores de Índice de Gini, os mais desiguais da mesorregião são Curitiba, Contenda, Guaratuba e Antonina, com valores de 0,60, 0,58, 0,57 e 0,56. (mas ainda não alcançando o valor do Estado, que ainda em seu conjunto é mais desigual que todos os 37 municípios analisados). Os três municípios alcançaram IDHs médios.

Curitiba, apesar de apresentar o maior desenvolvimento dos municípios da região, registrou um valor significativo de Gini, o que retrata alta concentração de renda em suas imediações. Rio Branco do Sul, como anteriormente mencionado, possuiu no ano um alto valor de PIB *per capita*, entretanto este valor veio seguido de um grau de desigualdade de renda também elevado: 0,55.

Pinhais se destacou por apresentar um alto grau de desenvolvimento e baixa desigualdade de renda: 0,727 para IDH e 0,43 para Gini. O mesmo ocorreu com São José dos Pinhais, que apresentou um valor mais significativo de IDH que Pinhais (0,729), porém uma desigualdade levemente maior (0,49). O município de Almirante Tamandaré é o que pode ser considerado menos desigual da mesorregião no período, mas registrou um valor de IDH mediano.

Para ilustrar melhor as tendências das variáveis neste ano, tem-se o gráfico abaixo:



NOTA: Elaboração própria.

Para uma melhor visualização das relações das variáveis entre a maioria dos municípios, o gráfico foi apresentado em escala de 0 a 1 no eixo de valores de índices, o que exclui os municípios de Curitiba, Araucária e Balsa Nova e seus

valores de PIB *per capita* da área de plotagem por serem desproporcionalmente maiores aos valores dos outros 34 municípios. No eixo x, estão os municípios numerados de acordo com a ordem decrescente de IDH.

A figura mostra uma relação mais aproximada do Índice de Gini com o IDH pelo fato de ambos já serem índices. Em outras palavras, isso ocorre porque o índice é originalmente mensurado em termos de escala de 0 a 1, fazendo com que ao ser modificado para base 100 não haja grandes dispersões em relação à média. No entanto, essa aproximação de valores mencionada anteriormente não se refere à igualdade de significados ¹.

No caso da relação entre as duas variáveis, nota-se uma relação não uniforme. Não há uma tendência salientada no comportamento do Índice de Gini com relação à redução do IDH. Em termos de porcentagem, aproximadamente 24% dos municípios apresentaram valores aproximados entre Gini e IDH, o que significa IDH alto, Gini alto; IDH baixo, Gini baixo. Em 9 municípios pode-se dizer que quanto maior o IDH, maior a desigualdade de renda. Dos 9 municípios, 4 apresentaram IDH alto e Gini alto; 1 mediano; 4 IDH baixo e Gini baixo. No final da linha de tendência, pode-se observar um leve aumento nos valores de Gini para valores menores de IDH. Isto ocorre com 6 municípios.

A variável PIB a preços de mercado está representada no gráfico como uma variável que possui uma leve tendência à queda com a diminuição do IDH, porém esta tendência não está evidente de maneira imediata e sim acompanhando o comportamento da linha como um todo no gráfico.

Já no que tange ao PIB *per capita*, pode-se observar que esta variável está com seus valores mais próximos da linha de IDH. No geral, os municípios que estão com maiores IDHs (os localizados mais a esquerda do gráfico) mostram uma tendência mista para PIB *per capita*: Os municípios estão divididos em valores muito acima do IDH, e valores muito abaixo, sendo que nesse intervalo poucos estão com valores mais próximos à linha de IDH. A partir do 17º município é que se inicia um processo de aproximação à linha de IDH.

A análise para o ano 2000 segue na Tabela seguinte:

TABELA 8 - IDH, PIB A PREÇOS DE MERCADO, PIB *PER CAPITA* E ÍNDICE DE GINI EM FORMA DE ÍNDICE - 2000

MUNICÍPIOS	IDH - MUNICIPAL	PIB A PREÇOS DE MERCADO (EM REAIS)	PIB <i>PER CAPITA</i>	ÍNDICE DE GINI
Paraná	0,787	17,562	0,134	0,61
Curitiba (PR)	0,856	3,453	0,171	0,59
Pinhais (PR)	0,815	0,189	0,134	0,49
Araucária (PR)	0,801	0,912	1,000	0,48
Rio Negro (PR)	0,801	0,070	0,211	0,54
São José dos Pinhais (PR)	0,796	1,000	0,469	0,52
Matinhos (PR)	0,793	0,028	0,063	0,53
Pontal do Paraná (PR)	0,788	0,017	0,074	0,57
Paranaguá (PR)	0,782	0,444	0,318	0,56
Balsa Nova (PR)	0,781	0,035	0,335	0,49
Campo Largo (PR)	0,774	0,181	0,148	0,50
Porto Amazonas (PR)	0,774	0,005	0,125	0,54
Quatro Barras (PR)	0,774	0,043	0,237	0,54
Antonina (PR)	0,77	0,021	0,062	0,59
Colombo (PR)	0,764	0,181	0,039	0,47
Guaratuba (PR)	0,764	0,029	0,054	0,60
Fazenda Rio Grande (PR)	0,763	0,040	0,001	0,45
Campina Grande do Sul (PR)	0,761	0,040	0,061	0,50
Contenda (PR)	0,761	0,010	0,035	0,56
Mandirituba (PR)	0,76	0,032	0,146	0,60
Morretes (PR)	0,755	0,011	0,024	0,56
Lapa (PR)	0,754	0,073	0,131	0,64
Piên (PR)	0,753	0,031	0,311	0,58
Piraquara (PR)	0,744	0,047	0,001	0,50
Campo Magro (PR)	0,74	0,018	0,036	0,50
Almirante Tamandaré (PR)	0,728	0,071	0,019	0,48
Bocaiúva do Sul (PR)	0,719	0,006	0,034	0,55
Tijucas do Sul (PR)	0,716	0,006	0,003	0,54
Quitandinha (PR)	0,715	0,009	0,012	0,62
Agudos do Sul (PR)	0,712	0,004	0,020	0,56
Rio Branco do Sul (PR)	0,702	0,065	0,187	0,55
Campo do Tenente (PR)	0,687	0,006	0,080	0,53
Tunas do Paraná (PR)	0,686	0,000	0,000	0,57
Cerro Azul (PR)	0,684	0,028	0,138	0,62
Adrianópolis (PR)	0,683	0,004	0,028	0,59
Itaperuçu (PR)	0,675	0,015	0,025	0,51
Guaraqueçaba (PR)	0,659	0,005	0,024	0,56
Doutor Ulysses (PR)	0,627	0,008	0,126	0,57

FONTES: PNUD - ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, IPARDES

NOTA: Elaboração própria com base nos dados das Instituições.

No que se refere ao Paraná, houve um aumento significativo na qualidade de vida mensurada através da elevação no IDH em 3,32%. Os aumentos mais

relevantes do índice, comparando-se com 1991, no que se refere aos municípios ocorreram em Cerro Azul, com aumento de 12,4% em comparação com 1991; Tunas do Paraná, com incremento de 10,02%; Pontal do Paraná, com crescimento de 9,78%; Quitandinha e Campo do Tenente, com 9,23% e 8,14% respectivamente. Os únicos municípios que apresentaram queda no índice foram Piraquara, registrando variação de -1,63% e Fazenda Rio Grande, com queda de 0,53%.

Os 5 municípios com maiores índices no ano de 2000 foram Curitiba, Pinhais, Araucária, Rio Negro e São José dos Pinhais. Dentre esses municípios, somente Araucária e São José dos Pinhais se destacam em termos de PIB *per capita*, com índices chegando a 1,000 e 0,469 respectivamente. Os demais mantiveram uma média de índice de 0,172.

Ainda sobre o IDH, pode-se observar um aumento no índice em 94,6% dos municípios da mesorregião, o que evidencia que houve uma melhora na qualidade de vida de praticamente todos os municípios e que, conforme o critério estabelecido neste trabalho de análise dos valores, 10 municípios passaram de IDH mediano para alto. São eles: Porto Amazonas, Quatro Barras, Antonina, Colombo, Guaratuba, Fazendo Rio Grande, Campina Grande do Sul, Contenda, Mandirituba, Morretes e Lapa. Dos que possuíam em 1991 um IDH considerado baixo, 4 passaram para mediano em 2000: Tijucas do Sul, Bocaiúva do Sul, Agudos do Sul e Quitandinha. Apenas 8 municípios permaneceram na faixa de baixo desenvolvimento humano.

As regiões que obtiveram destaque nos valores PIB a preços de mercado com relação às demais foram Curitiba, São José dos Pinhais, Araucária e Paranaguá, com incrementos em comparação a 91 de 6,69% para Curitiba, 220,83% para São José dos Pinhais e 48,67% para Paranaguá. Araucária obteve um decréscimo de valor em relação a 91, mas mesmo assim manteve-se no ranking dos maiores valores.

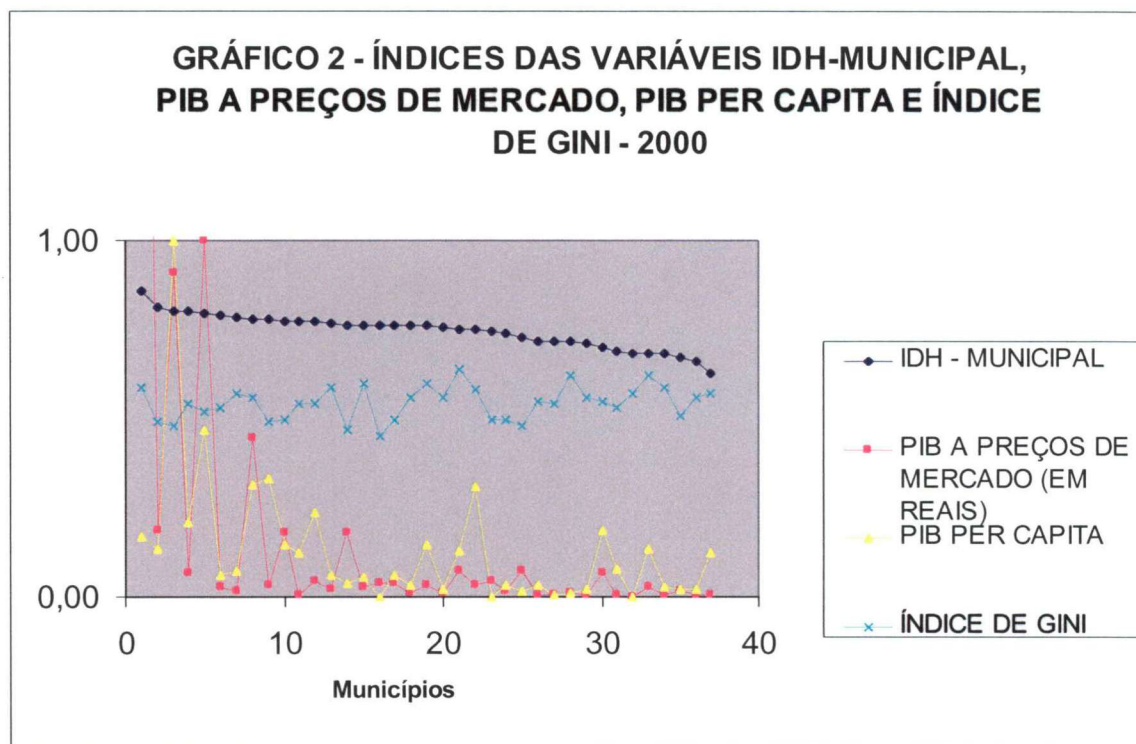
As mais significativas variações de PIB a preços de mercado em relação a 1991 foram nos municípios de Piên, com crescimento de 387,11% no índice; Matinhos, com 260,23%; São José dos Pinhais, com 220,83% e Campina Grande do Sul, com 176,23%. Os decréscimos mais acentuados da variável se concentraram em Adrianópolis, com queda de 56,02% no seu PIB em comparação com 1991; Piraquara, com -55,65% e Rio Branco do Sul, com diminuição de 43,17% no índice.

Analisando-se os valores de PIB *per capita*, nota-se que os maiores valores estão situados na faixa de maiores IDHs, entretanto, os dois primeiros IDHs (Curitiba e Pinhais) possuem valores de *per capita* que não são considerados os mais significativos da série. Os cinco municípios que ficaram a frente dos demais em termos de *per capita* foram Araucária, com índice calculado em 1,000; São José dos Pinhais, com 0,469; Balsa Nova, com 0,335; Paranaguá, com 0,318 e Quatro Barras, possuindo índice de 0,237. Dois casos interessantes foram Piên, Rio Branco do Sul e Cerro Azul, que apresentaram valores *per capita* relativamente altos, mas encontram-se na faixa de baixo e médio IDH no ano de 2000.

Em termos de Índice de Gini, observa-se que Contenda deixa de ser o município mais desigual, passando seu lugar a Lapa, que também apresentou um valor PIB *per capita* muito próximo ao da média da mesorregião no ano. Outros dois municípios que registraram altos índices de concentração de renda foram Quitandinha e Cerro Azul, ambos com 0,62. Vale lembrar que Cerro Azul apresentou valor de *per capita* entre os mais altos no mesmo ano em comparação com os demais municípios da região: índice em 0,138.

Os municípios que apresentaram menor Índice de Gini foram Fazenda Rio Grande, Colombo, Almirante Tamandaré e Araucária. Dentre estes 4, somente Araucária apresentou valor considerável de PIB *per capita* e a preços de mercado. Os outros 3 apresentaram valores medianos dessas variáveis, não tendo influência significativa na análise.

O gráfico a seguir mostra as tendências das variáveis para o ano 2000 e foram excluídos da área do gráfico os municípios de Curitiba, São José dos Pinhais e Araucária, que possuem valores muito maiores que a média dos 37 municípios no ano.



NOTA: Elaboração própria.

A partir do gráfico para o ano de 2000, nota-se que a linha que corresponde ao IDH está deslocada mais para cima devido ao aumento generalizado do IDH na mesorregião. A linha de PIB a preços de mercado tem uma tendência decrescente e a de PIB *per capita* está mais aproximada aos valores de IDH. Isso pode ter ocorrido em função da variação positiva do indicador para uma grande maioria dos municípios da região.

No que se refere à relação Gini – IDH observa-se que até aproximadamente o 20º município, os valores de concentração de renda encontram-se mais baixos que o IDH, sendo que os municípios seguintes possuem tendência a apresentarem valores mais altos de Gini que de IDH. Isso significa que quanto mais o IDH cai, a tendência do Índice de Gini é aumentar. Em outras palavras, com base no gráfico, pode-se chegar à análise de que quanto menor o desenvolvimento humano, maior a concentração de renda da região.

5.4 IDH-EDUCAÇÃO, LONGEVIDADE E RENDA

Esta seção se propõe analisar as principais contribuições das diferentes óticas do IDH entre os municípios, assim como traçar as relações com as demais variáveis antes apresentadas.

A Tabela abaixo evidencia o caráter de cada município frente às três vertentes do índice:

TABELA 9 - IDH - EDUCAÇÃO, LONGEVIDADE E RENDA DOS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 1991

Municípios	IDH - Educação	IDH - Longevidade	IDH - Renda
Adrianópolis	0,63	0,661	0,549
Agudos do Sul	0,69	0,645	0,561
Almirante Tamandaré	0,747	0,644	0,611
Antonina	0,759	0,702	0,6
Araucária	0,796	0,702	0,646
Balsa Nova	0,773	0,748	0,603
Bocaiúva do Sul	0,663	0,681	0,573
Campina Grande do Sul	0,742	0,709	0,636
Campo do Tenente	0,691	0,546	0,542
Campo Largo	0,78	0,704	0,649
Campo Magro	0,752	0,67	0,623
Cerro Azul	0,775	0,607	0,631
Colombo	0,781	0,651	0,641
Contenda	0,758	0,671	0,612
Curitiba	0,875	0,728	0,793
Doutor Ulysses	0,552	0,605	0,48
Fazenda Rio Grande	0,795	0,717	0,635
Guaraqueçaba	0,627	0,611	0,513
Guaratuba	0,766	0,611	0,657
Itaperuçu	0,631	0,644	0,543
Lapa	0,766	0,666	0,601
Mandirituba	0,743	0,717	0,58
Matinhos	0,833	0,648	0,697
Morretes	0,778	0,611	0,612
Paranaguá	0,826	0,648	0,679
Piên	0,765	0,66	0,581
Pinhais	0,811	0,697	0,672
Piraquara	0,78	0,684	0,655
Pontal do Paraná	0,776	0,611	0,622
Porto Amazonas	0,797	0,666	0,567
Quatro Barras	0,793	0,644	0,673
Quitandinha	0,677	0,627	0,53
Rio Branco do Sul	0,654	0,644	0,584
Rio Negro	0,816	0,654	0,659
São José dos Pinhais	0,81	0,694	0,682
Tijucas do Sul	0,705	0,656	0,584
Tunas do Paraná	0,515	0,707	0,524

FONTES: ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2003.

Analisando os índices, primeiramente, pode-se observar que quase todos os 37 municípios neste ano obtiveram maior IDH-Educação em relação aos outros dois, com exceção de 4 municípios com IDH-Longevidade mais acentuado: Bocaiúva do Sul, com 0,681, Itaperuçu, com 0,644, Doutor Ulysses, com 0,605 e Tunas do Paraná, com 0,707. Esses municípios apresentaram valores de IDH-Educação que se inserem na faixa dos mais baixos da mesorregião. As maiores contribuições no que tange ao IDH-Educação foram representadas pelos municípios de Porto Amazonas, Morretes, Campo do Tenente e Pontal do Paraná, com 39,26%, 38,88%, 38,84% e 38,63% de participação desse subíndice no IDH – Municipal, respectivamente.

Os 11 municípios que possuíram maiores valores de IDH – Municipal no ano apresentaram maior participação do IDH – Educação como componente daquele e equilíbrio relativo no que se refere aos outros dois subíndices do IDH, significando que a Educação pesou e contribuiu mais no momento de se calcular o IDH – Municipal dessas regiões.

TABELA 10 - IDH - EDUCAÇÃO, LONGEVIDADE E RENDA DOS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – 2000

Municípios	Continua		
	IDH - Educação	IDH - Longevidade	IDH - Renda
Adrianópolis	0,735	0,748	0,566
Agudos do Sul	0,819	0,704	0,614
Almirante Tamandaré	0,845	0,685	0,655
Antonina	0,844	0,811	0,655
Araucária	0,901	0,813	0,689
Balsa Nova	0,869	0,813	0,662
Bocaiúva do Sul	0,803	0,708	0,645
Campina Grande do Sul	0,855	0,762	0,667
Campo do Tenente	0,809	0,644	0,608
Campo Largo	0,88	0,737	0,706
Campo Magro	0,837	0,708	0,676
Cerro Azul	0,89	0,752	0,699
Colombo	0,87	0,738	0,685
Contenda	0,852	0,768	0,663
Curitiba	0,946	0,776	0,846
Doutor Ulysses	0,721	0,644	0,516
Fazenda Rio Grande	0,875	0,762	0,652
Guaraqueçaba	0,76	0,663	0,553
Guaratuba	0,871	0,711	0,71
Itaperuçu	0,753	0,683	0,59
Lapa	0,863	0,716	0,683
Mandirituba	0,836	0,765	0,68
Matinhos	0,894	0,767	0,717

Municípios	Conclusão		
	IDH - Educação	IDH - Longevidade	IDH - Renda
Morretes	0,878	0,711	0,675
Paranaguá	0,897	0,72	0,728
Piên	0,86	0,731	0,669
Pinhais	0,902	0,822	0,721
Piraquara	0,859	0,708	0,664
Pontal do Paraná	0,883	0,774	0,707
Porto Amazonas	0,882	0,763	0,677
Quatro Barras	0,887	0,714	0,722
Quitandinha	0,825	0,695	0,625
Rio Branco do Sul	0,785	0,683	0,639
Rio Negro	0,892	0,804	0,706
São José dos Pinhais	0,893	0,764	0,731
Tijucas do Sul	0,818	0,699	0,631
Tunas do Paraná	0,695	0,768	0,594

FONTE: ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2003.

Para o ano 2000, a leitura da Tabela 10 que pode ser feita é que somente dois municípios passaram a ter o peso do IDH – Longevidade maior que os outros dois em termos de composição do IDH: Tunas do Paraná e Adrianópolis, com 0,768 e 0,748 respectivamente. Os demais municípios concentraram maior parte de seu IDH na vertente Educação. Pode-se observar que os municípios de Bocaiúva do Sul, Itaperuçu e Doutor Ulysses (que antes detinham IDH – Longevidade com maior relevância), passaram sua predominância para o subíndice Educação. Isso fez com que o grau de desenvolvimento em Educação desses municípios se elevasse. Tunas do Paraná, que obteve grande aumento no IDH – Municipal de 1991 a 2000, como antes mencionado, obteve uma variação do índice de educação de 34,95% em relação a 1991, a maior porcentagem da mesorregião. Em seguida vem Doutor Ulysses, que participou com 30,62%. Quitandinha e Guaraqueçaba vem depois com 21,86% e 21,21% de crescimento no IDH – Educação.

Pontal do Paraná é o município que obteve maior variação no IDH – Longevidade da mesorregião (26,68%), explicando a variação de seu IDH – Municipal em 9,78% entre os dois períodos. Quitandinha também obteve variação do IDH total que pode ser explicado pela variação significativa na Educação: 21,86%.

As regiões que obtiveram maior valor do subíndice Longevidade dos 37 municípios são Pinhais (0,822), Balsa Nova (0,813), Araucária (0,813), Antonina (0,811) e Rio Negro (0,804).

No que se refere à Renda, os municípios que obtiveram maiores valores de IDH-Renda, ainda que o valor não ultrapasse os outros dois subíndices, foram Curitiba, com 0,846; São José dos Pinhais, com 0,731; Paranaguá, com 0,728 e Quatro Barras, com 0,722. Nota-se que nenhum dos municípios apresentou maior participação do IDH-Renda na composição do IDH-Municipal.

6 CONCLUSÃO

Através da pesquisa que foi realizada na temática desenvolvimento e do tratamento dos dados coletados, juntamente com a fundamentação teórica necessária à análise, pode-se chegar a conclusões no sentido de que para a Mesorregião Metropolitana de Curitiba, o PIB *per capita* não se mostrou uma ferramenta capaz de explicar a qualidade de vida da população que vive nessas regiões por se tratar de um instrumento limitado.

Em análise às tendências apresentadas, pôde-se notar que em geral o PIB *per capita* seguiu na maioria dos municípios a mesma tendência do Índice de Gini em 1991. Ou seja, municípios com PIB *per capita* menor, detinham menor concentração de renda e vice-versa. Já para o ano 2000, essa relação não se dá de forma uniforme. O que se pode observar é que cerca de 56% dos municípios apresentaram uma relação inversamente proporcional entre *per capita* e Gini. Isso significa dizer que quanto menor o PIB *per capita* da região, maior a sua concentração de renda. Um fato interessante é que desses 56%, a maior parte das regiões é de base essencialmente agrícola, o que levanta a questão da possibilidade de regiões com a produção primária predominante serem mais desiguais em termos de renda em 2000.

Quanto à relação PIB *per capita* – IDH, observa-se que a tendência da primeira variável em relação ao IDH é bem mais distante em 1991 do que em 2000. Em 1991 os valores de PIB *per capita* estão mais afastados dos valores de IDH apresentados, representando dessa forma, um caso em que o PIB *per capita* é relativamente menor do que os valores de IDH. Em geral, pode-se observar que em 2000 esse comportamento não permaneceu. Ocorreu uma mudança na atuação do indicador PIB *per capita* com relação ao IDH, havendo um deslocamento da linha daquela aproximando-se à magnitude do IDH. Essa mudança pode ter sido influenciada pelo crescimento do PIB a preços de mercado no decorrer dos períodos entre 1991 e 2000.

Por fim, o PIB *per capita* não pode ser considerado uma ferramenta eficaz em sua totalidade para os municípios da Mesorregião Metropolitana de Curitiba, pois não foram detectadas grandes correlações entre as variáveis IDH e PIB *per capita*. Sendo o IDH um indicador que possui uma credibilidade mundial em decorrência de

sua abrangência metodológica, pode-se associar a questão da liberdade de oportunidades no contexto no indicador. As três vertentes que compõem o índice estão ligadas ao tema social que foi abordado neste trabalho, de forma que à medida que o governo garante melhores condições de educação, saúde e renda à população que reside em determinada região, essas pessoas automaticamente se sentirão livres para aproveitarem essas oportunidades e conseqüentemente elevarem seu grau de qualidade de vida.

A ferramenta PIB *per capita* só abrange o crescimento de determinada região em termos quantitativos, o que faz com que muitas vezes os dados se tornem inadequados para análises mais aprofundadas sobre a qualidade de vida dessa região.

REFERÊNCIAS

ADELMAN, I. **Teorias do Desenvolvimento Econômico**. Tradução de: Denise Cabral C. de Oliveira. Rio de Janeiro: Forense, 1972. p. 92 – 106.

BARBANCHO, A. G. **Fundamentos y Posibilidades de la Econometria**. Primeira edição brasileira: dez. de 1970.

CARLEY, M. **Indicadores Sociais: teoria e prática**. Zahar. Rio de Janeiro: 1985.

COSTA, A. B. da. O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter. **Cadernos IHU Idéias – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)**, São Leopoldo, n. 47, 2006.

FACHIN, O. **Fundamentos de Metodologia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2001. p. 27 – 43.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Editora Nacional, 1977. v.24, p. 5 – 9, 89 – 91.

GARCIAS, C. M. **Indicadores de Qualidade dos Serviços e Infra-estrutura Urbana de Saneamento**. São Paulo: 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2004/default.shtm> Acesso em: 19 out. 2007.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **BDE WEB – Base de Dados do Estado**. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php> Acesso em: 01 nov. 2007.

JANUZZI, P. de M. **Indicadores sociais no Brasil: Conceitos, Fontes de Dados e Aplicações**. Alínea. São Paulo: 2001.

LEITURAS REGIONAIS: MESORREGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA. IPARDES. 2004. 219 p. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/webasis.docs/pib_pr_1980_95_04_97.pdf Acesso em: 01 nov. 2007.

LLEDÓ, V. D. **Distribuição de Renda, Crescimento Endógeno e Política Fiscal: uma análise cross-section para os Estados Brasileiros**. PNUD, Rio de Janeiro, **Texto para Discussão nº 441**, out. de 1996. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/pub/td/1996/td_0441.pdf Acesso em: 9 set. 2007.

LOURENÇO, G. M. A dimensão econômica dos municípios brasileiros. **Análise Conjuntural**, Curitiba, v. 27, n. 5 – 6, maio/jun. 2005. Disponível em:

http://www.ipardes.gov.br/pdf/bol_ana_conjuntural/boi_27_3c.pdf Acesso em: 15 set. 2007.

LOURENÇO, G. M. Riqueza e Desigualdade: Contrastes do Paraná. **Análise Conjuntural**, Curitiba, v. 28, n. 3 – 4, mar./abril 2006. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/pdf/bol_ana_conjuntural/boi_28_2f.pdf Acesso em: 28 out. 2007.

MEDEIROS, B. C. **Contribuições para uma “Nova Economia”**. Curitiba: 2005.

PIB DO PARANÁ – 1980 – 1995. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. 1997. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/webasis.docs/pib_pr_1980_95_04_97.pdf Acesso em: 9 set. 2007.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. 2000. 8 Mb. Ambiente Operacional.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, **Definição e Metodologia de Cálculo dos Indicadores e Índices de Desenvolvimento Humano e Condições de Vida**. Disponível em : <http://www.undp.org.br/HDR/HDR2000/Metodologias%20-%20IDH-M%20e%20ICV.pdf> Acesso em 16 set. 2007.

SEN, A. A perspectiva da liberdade. In: Amartya Sen. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 17-50.

SILVA, I. B. da. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal: uma simulação para os bairros de Curitiba no ano 2000**. Curitiba: 2004.

STOCK, J. H. **Econometria**. Tradução de: Mônica Rosemberg; revisão técnica: Eleizer Martins Diniz. São Paulo: Addison Wesley, 2004.

APÊNDICE 1 – TAXA DE VARIAÇÃO DOS INDICADORES ENTRE 1991 E 2000

MUNICÍPIOS	% IDH	% PIBpm	% PIBpc	% Gini
Adrianópolis	4,00	-56,02	-36,67	4,36
Agudos do Sul	5,16	43,46	32,53	11,70
Almirante Tamandaré	1,88	111,38	71,42	9,76
Antonina	4,62	65,37	62,14	-1,23
Araucária	4,57	-1,97	-30,17	-4,26
Balsa Nova	2,97	-18,39	-34,11	-9,93
Bocaiúva do Sul	5,03	3,61	34,11	5,23
Campina Grande do Sul	2,06	176,23	66,70	-9,86
Campo do Tenente	8,14	55,95	41,52	-0,63
Campo Largo	1,61	21,55	3,91	-2,34
Campo Magro	1,28	-	-	9,01
Cerro Azul	12,40	69,48	141,99	7,64
Colombo	3,20	107,56	44,54	4,91
Contenda	4,46	-23,69	-43,40	-9,48
Curitiba	0,00	6,69	-3,04	0,57
Doutor Ulysses	7,19	-	-	9,06
Fazenda Rio Grande	-0,53	-	-	-17,28
Guaraqueçaba	5,33	71,37	77,29	7,14
Guaratuba	5,18	181,79	101,95	-1,32
Itaperuçu	3,97	-	-	1,73
Lapa	3,80	51,73	60,55	9,09
Mandirituba	4,32	38,08	229,62	19,68
Matinhos	1,96	260,23	80,88	-2,57
Morretes	5,66	35,25	27,84	-0,94
Paranaguá	1,66	48,67	37,49	0,96
Piên	5,06	387,11	321,36	26,45
Pinhais	4,64	-	-	6,83
Piraquara	-1,63	-55,65	-	11,61
Pontal do Paraná	9,78	-	-	9,06
Porto Amazonas	6,71	-	-	-6,25
Quatro Barras	2,77	63,76	9,77	-2,64
Quitandinha	9,23	17,22	22,31	26,36
Rio Branco do Sul	4,51	-43,17	-18,06	-6,25
Rio Negro	5,30	4,64	5,81	-6,25
São José dos Pinhais	1,92	220,83	116,72	-0,51
Tijucas do Sul	3,14	-14,92	-22,14	-2,64
Tunas do Paraná	10,02	-	-	6,87

NOTA: Elaboração própria.

APÊNDICE 2 – TAXA DE PARTICIPAÇÃO DOS SUBÍNDICES EDUCAÇÃO,
LONGEVIDADE E RENDA PARA O IDH – MUNICIPAL – 1991

Municípios	% E	% L	% R
Adrianópolis	34,24	35,92	29,84
Agudos do Sul	36,39	34,02	29,59
Almirante Tamandaré	37,31	32,17	30,52
Antonina	36,83	34,06	29,11
Araucária	37,13	32,74	30,13
Balsa Nova	36,39	35,22	28,39
Bocaiúva do Sul	34,59	35,52	29,89
Campina Grande do Sul	35,55	33,97	30,47
Campo do Tenente	38,84	30,69	30,47
Campo Largo	36,57	33,01	30,43
Campo Magro	36,77	32,76	30,46
Cerro Azul	38,50	30,15	31,35
Colombo	37,67	31,40	30,92
Contenda	37,14	32,88	29,99
Curitiba	36,52	30,38	33,10
Doutor Ulysses	33,72	36,96	29,32
Fazenda Rio Grande	37,03	33,40	29,58
Guaraqueçaba	35,81	34,89	29,30
Guaratuba	37,66	30,04	32,30
Itaperuçu	34,71	35,42	29,87
Lapa	37,68	32,76	29,56
Mandirituba	36,42	35,15	28,43
Matinhos	38,25	29,75	32,00
Morretes	38,88	30,53	30,58
Paranaguá	38,37	30,10	31,54
Piên	38,14	32,90	28,96
Pinhais	37,20	31,97	30,83
Piraquara	36,81	32,28	30,91
Pontal do Paraná	38,63	30,41	30,96
Porto Amazonas	39,26	32,81	27,93
Quatro Barras	37,58	30,52	31,90
Quitandinha	36,91	34,19	28,90
Rio Branco do Sul	34,75	34,22	31,03
Rio Negro	38,33	30,72	30,95
São José dos Pinhais	37,05	31,75	31,20
Tijucas do Sul	36,25	33,73	30,03
Tunas do Paraná	29,50	40,49	30,01

NOTA: Elaboração própria.

APÊNDICE 3 - TAXA DE PARTICIPAÇÃO DOS SUBÍNDICES EDUCAÇÃO,
LONGEVIDADE E RENDA PARA O IDH – MUNICIPAL – 2000

Municípios	% E	% L	% R
Curitiba	36,84	30,22	32,94
São José dos Pinhais	37,40	31,99	30,61
Paranaguá	38,25	30,70	31,04
Quatro Barras	38,18	30,74	31,08
Pinhais	36,89	33,62	29,49
Matinhos	37,59	32,25	30,15
Guaratuba	38,00	31,02	30,98
Pontal do Paraná	37,35	32,74	29,91
Campo Largo	37,88	31,73	30,39
Rio Negro	37,14	33,47	29,39
Cerro Azul	38,02	32,12	29,86
Araucária	37,49	33,83	28,67
Colombo	37,94	32,18	29,87
Lapa	38,15	31,65	30,19
Mandirituba	36,65	33,54	29,81
Porto Amazonas	37,98	32,86	29,16
Campo Magro	37,69	31,88	30,44
Morretes	38,78	31,40	29,81
Piên	38,05	32,35	29,60
Campina Grande do Sul	37,43	33,36	29,20
Piraquara	38,50	31,73	29,76
Contenda	37,32	33,64	29,04
Balsa Nova	37,07	34,68	28,24
Almirante Tamandaré	38,67	31,35	29,98
Antonina	36,54	35,11	28,35
Fazenda Rio Grande	38,23	33,29	28,48
Bocaiúva do Sul	37,24	32,84	29,92
Rio Branco do Sul	37,26	32,42	30,33
Tijucas do Sul	38,08	32,54	29,38
Quitandinha	38,46	32,40	29,14
Agudos do Sul	38,32	32,94	28,73
Campo do Tenente	39,25	31,25	29,50
Tunas do Paraná	33,79	37,34	28,88
Itaperuçu	37,17	33,71	29,12
Adrianópolis	35,87	36,51	27,62
Guaraqueçaba	38,46	33,55	27,99
Doutor Ulysses	38,33	34,24	27,43

NOTA: Elaboração própria.

APÊNDICE 4 - IDH, PIB A PREÇOS DE MERCADO E PIB PER CAPITA DOS
MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA -
1991

MUNICÍPIOS	IDH - MUNICIPAL	PIB A PREÇOS DE MERCADO (EM CR\$)	PIB <i>PER CAPITA</i>	ÍNDICE DE GINI
Paraná	0,711	3 020 382	0,357	0,60
Curitiba (PR)	0,799	707 676	0,538	0,60
São José dos Pinhais (PR)	0,729	68 261	0,536	0,49
Pinhais (PR)	0,727 -	-		0,43
Matinhos (PR)	0,726	1 812	0,160	0,51
Paranaguá (PR)	0,718	65 542	0,609	0,52
Fazenda Rio Grande (PR)	0,716 -	-		0,51
Araucária (PR)	0,715	203 876	3,294	0,47
Campo Largo (PR)	0,711	32 922	0,454	0,48
Rio Negro (PR)	0,71	15 102	0,574	0,54
Balsa Nova (PR)	0,708	9 967	1,326	0,51
Piraquara (PR)	0,706	24 163 -		0,42
Quatro Barras (PR)	0,703	6 041	0,604	0,52
Campina Grande do Sul (PR)	0,696	3 322	0,172	0,52
Colombo (PR)	0,691	19 330	0,164	0,42
Antonina (PR)	0,687	3 020	0,177	0,56
Campo Magro (PR)	0,682 -	-		0,43
Mandirituba (PR)	0,68	5 437	0,142	0,47
Contenda (PR)	0,68	3 624	0,405	0,58
Lapa (PR)	0,678	10 873	0,271	0,55
Guaratuba (PR)	0,678	2 416	0,134	0,57
Porto Amazonas (PR)	0,677 -	-		0,54
Pontal do Paraná (PR)	0,67 -	-		0,49
Piên (PR)	0,669	1 510	0,195	0,43
Almirante Tamandaré (PR)	0,667	7 551	0,114	0,41
Morretes (PR)	0,667	2 114	0,161	0,53
Tijucas do Sul (PR)	0,648	2 114	0,207	0,52
Bocaiúva do Sul (PR)	0,639	1 812	0,170	0,49
Agudos do Sul (PR)	0,632	906	0,149	0,47
Rio Branco do Sul (PR)	0,627	25 975	0,678	0,55
Adrianópolis (PR)	0,613	3 020	0,338	0,53
Quitandinha (PR)	0,611	2 114	0,147	0,46
Itaperuçu (PR)	0,606 -	-		0,47
Campo do Tenente (PR)	0,593	1 208	0,231	0,50
Guaraqueçaba (PR)	0,584	906	0,117	0,49
Tunas do Paraná (PR)	0,582 -	-		0,50
Cerro Azul (PR)	0,568	3 926	0,186	0,54
Doutor Ulysses (PR)	0,546 -	-		0,49

FONTES: PNUD - ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, IPARDES

APÊNDICE 5 - IDH, PIB A PREÇOS DE MERCADO E PIB PER CAPITA DOS
MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA -
2000

MUNICÍPIOS	IDH - MUNICIPAL	PIB A PREÇOS DE MERCADO (EM REAIS)	PIB <i>PER CAPITA</i>	ÍNDICE DE GINI
Paraná	0,787	65 968 713	6 846	0,61
Curitiba (PR)	0,856	12 978 342	8 087	0,59
Pinhais (PR)	0,815	716 816	6 842	0,49
Araucária (PR)	0,801	3 435 594	35 653	0,48
Rio Negro (PR)	0,801	271 652	9 411	0,54
São José dos Pinhais (PR)	0,796	3 764 688	17 988	0,52
Matinhos (PR)	0,793	112 220	4 486	0,53
Pontal do Paraná (PR)	0,788	71 269	4 842	0,57
Paranaguá (PR)	0,782	1 675 085	12 971	0,56
Balsa Nova (PR)	0,781	139 822	13 543	0,49
Campo Largo (PR)	0,774	687 870	7 311	0,50
Porto Amazonas (PR)	0,774	28 074	6 562	0,54
Quatro Barras (PR)	0,774	170 048	10 269	0,54
Antonina (PR)	0,77	85 860	4 446	0,59
Colombo (PR)	0,764	689 706	3 677	0,47
Guaratuba (PR)	0,764	117 047	4 202	0,60
Fazenda Rio Grande (PR)	0,763	157 929	2 418	0,45
Campina Grande do Sul (PR)	0,761	157 764	4 438	0,50
Contenda (PR)	0,761	47 546	3 556	0,56
Mandirituba (PR)	0,76	129 042	7 245	0,60
Morretes (PR)	0,755	49 155	3 189	0,56
Lapa (PR)	0,754	283 602	6 739	0,64
Piên (PR)	0,753	126 457	12 734	0,58
Piraquara (PR)	0,744	184 215	2 438	0,50
Campo Magro (PR)	0,74	74 968	3 579	0,50
Almirante Tamandaré (PR)	0,728	274 381	3 032	0,48
Bocaiúva do Sul (PR)	0,719	32 276	3 534	0,55
Tijucas do Sul (PR)	0,716	30 923	2 495	0,54
Quitandinha (PR)	0,715	42 603	2 780	0,62
Agudos do Sul (PR)	0,712	22 346	3 063	0,56
Rio Branco do Sul (PR)	0,702	253 744	8 614	0,55
Campo do Tenente (PR)	0,687	32 389	5 056	0,53
Tunas do Paraná (PR)	0,686	8 760	2 394	0,57
Cerro Azul (PR)	0,684	114 393	6 988	0,62
Adrianópolis (PR)	0,683	22 835	3 318	0,59
Itaperuçu (PR)	0,675	64 050	3 219	0,51
Guaraqueçaba (PR)	0,659	26 693	3 208	0,56
Doutor Ulysses (PR)	0,627	40 025	6 596	0,57

FONTES: PNUD - ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, IPARDES

ANEXO 2 – PARTICIPAÇÃO E POSIÇÃO DAS MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS E MUNICÍPIOS NO PIB TOTAL DO ESTADO, SEGUNDO ATIVIDADE ECONÔMICA – 1991

TABELA 9 - PARTICIPAÇÃO E POSIÇÃO DAS MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS E MUNICÍPIOS NO PIB
TOTAL DO ESTADO, SEGUNDO ATIVIDADE ECONÔMICA - 1991

MUNICÍPIOS	POSIÇÃO	MRG	PARTICIPAÇÃO %			
			Agropecuária	Indústria	Serviços	PIB TOTAL
Santa Tereza do Oeste	251 º	435	0,17	0,01	0,03	0,04
Três Barras do Paraná	180 º	435	0,24	0,00	0,07	0,07
MRG de Faz do Iguçu			2,93	4,92	3,72	4,00
Céu Azul	82 º	436	0,20	0,22	0,13	0,17
Faz do Iguçu	6 º	436	0,13	4,44	2,46	2,80
Matelândia	94 º	436	0,44	0,03	0,14	0,14
Medianeira	41 º	436	0,62	0,17	0,46	0,39
Missal	131 º	436	0,27	0,01	0,11	0,10
Santa Terezinha do Itaipu	170 º	436	0,22	0,01	0,08	0,07
São Miguel do Iguçu	60 º	436	0,76	0,03	0,25	0,24
Verá Cruz do Oeste	146 º	436	0,30	0,00	0,09	0,09
MRG de Capanema			1,83	0,08	0,65	0,61
Ampére	148 º	437	0,26	0,04	0,07	0,09
Capanema	106 º	437	0,36	0,01	0,13	0,12
Pérola do Oeste	185 º	437	0,23	0,00	0,07	0,07
Planalto	167 º	437	0,26	0,00	0,08	0,08
Pranchita	191 º	437	0,22	0,01	0,06	0,06
Realeza	112 º	437	0,25	0,02	0,14	0,11
Santa Isabel do Oeste	150 º	437	0,26	0,00	0,09	0,09
MRG de Francisco Beltrão			4,25	1,36	1,77	1,95
Barracão	207 º	438	0,18	0,00	0,06	0,06
Dois Vizinhos	24 º	438	0,85	0,79	0,45	0,61
Enéas Marques	213 º	438	0,21	0,00	0,05	0,06
Francisco Beltrão	25 º	438	0,71	0,49	0,63	0,59
Marmeleiro	143 º	438	0,27	0,02	0,09	0,09
Nova Prata do Iguçu	156 º	438	0,33	0,01	0,07	0,08
Renascença	164 º	438	0,31	0,02	0,05	0,08
Salgado Filho	203 º	438	0,26	0,00	0,05	0,06
Salto do Lontra	137 º	438	0,39	0,00	0,08	0,09
Santo Antônio do Sudoeste	149 º	438	0,17	0,01	0,11	0,09
São Jorge do Oeste	166 º	438	0,29	0,00	0,07	0,08
Verê	183 º	438	0,28	0,00	0,06	0,07
MRG de Pato Branco			2,23	0,35	1,34	1,14
Chopinzinho	86 º	439	0,47	0,03	0,16	0,15
Coronel Vivida	92 º	439	0,30	0,06	0,16	0,14
Itapejara do Oeste	192 º	439	0,24	0,01	0,05	0,06
Marlópolis	209 º	439	0,16	0,01	0,06	0,06
Pato Branco	28 º	439	0,55	0,23	0,71	0,54
São João	126 º	439	0,26	0,00	0,12	0,10
Sulina	301 º	439	0,09	0,00	0,02	0,02
Vitorino	221 º	439	0,17	0,01	0,05	0,05
MRG de Pitanga			1,27	0,04	0,41	0,40
Palmital	145 º	440	0,29	0,00	0,09	0,09
Pitanga	47 º	440	0,98	0,04	0,33	0,31
MRG de Guarapuava			5,53	3,90	2,95	3,57
Cantagalo	139 º	441	0,26	0,03	0,09	0,09
Guarapuava	10 º	441	2,42	1,51	1,93	1,86
Inácio Martins	165 º	441	0,25	0,04	0,06	0,08

continua

MUNICÍPIOS	POSIÇÃO	MRG	PARTICIPAÇÃO %				conclusão
			Agropecuária	Indústria	Serviços	PIB TOTAL	
Curitiba	1 º	449	0,07	29,90	24,93	23,43	
Mandirituba	74 º	449	0,57	0,03	0,17	0,18	
Piraquara	19 º	449	0,04	1,25	0,71	0,80	
Quatro Barras	72 º	449	0,02	0,33	0,16	0,20	
Rio Branco do Sul	16 º	449	0,20	1,57	0,60	0,86	
São José dos Pinhais	7 º	449	0,57	3,42	1,98	2,26	
MRG de Paranaguá			0,61	1,42	3,56	2,52	
Antonina	128 º	450	0,11	0,15	0,07	0,10	
Guaraqueçaba	275 º	450	0,10	0,00	0,03	0,03	
Guaratuba	152 º	450	0,09	0,03	0,12	0,08	
Matinhos	190 º	450	0,00	0,03	0,10	0,06	
Morretes	175 º	450	0,24	0,01	0,07	0,07	
Paranaguá	8 º	450	0,06	1,20	3,18	2,17	
MRG de Rio Negro			1,09	0,92	0,60	0,76	
Agudos do Sul	281 º	451	0,12	0,00	0,03	0,03	
Campo do Tenente	242 º	451	0,11	0,00	0,05	0,04	
Pien	237 º	451	0,14	0,03	0,04	0,05	
Quitandinha	172 º	451	0,29	0,00	0,06	0,07	
Rio Negro	32 º	451	0,20	0,86	0,36	0,50	
Tijucas do Sul	182 º	451	0,24	0,02	0,06	0,07	

FONTE: IPARDES

FONTE: IPARDES – Extraída da publicação “Participação do Municípios Paranaenses na Economia do Estado – 1990 – 1993”, 1996, p. 26 e 27.